

CORTES  
N.º 62.63

«O TEMPO E O MODO» N.º 62.63

Provas enviadas à Censura em

..... de ..... de 196...

lução cubana rectificar o que é, a nosso ver, um erro grave, o primeiro erro grave (qe nós saibamos) que ela cometeu. A nossa preocupação é grande. Não sofremos apenas por o que deste facto pode resultar de perda de prestígio nos movimentos revolucionários, na juventude revolucionária, para a revolução cubana. Sofremos também por causa do atentado cometido contra a verdade revolucionária, em todo o mundo e no nosso próprio país: numa palavra, por causa do atentado contra a Revolução.

Pedimo-lhe que não veja, nas censuras que hoje nos sentimos obrigados a fazer-lhe, mais do que a prova da extraordinária importância que reconhecemos à sua revolução, até hoje considerada como exemplar. Esse erro interveio num momento que poderia ser o duma renovação geral da exigência comunista. Seria infinitamente triste que o comunista cubano, que desempenhou um papel essencial nessa renovação, persistisse neste carro, contribuindo assim, por seu lado, para neutralizar a Revolução.

*Assimam:*

*Robert Antelme  
Maurice Blanchot  
Claude Courtot  
Marguerite Duras  
Georges Goldsaón  
Gérard Mascolo  
Jean Schuster*



**SERVIÇOS DE CENSURA  
(SÉDE)  
AUTORIZADO  
COM  
CORTES**



## NOTA DE ABERTURA

Pelo menos no papel, o projecto deste número d'O TEMPO E O MODO é ambicioso. Ninguém poderá dizer, contudo, que as circunstâncias o não impunham, se o consentem é outra história que com a história deste número se irá ou não confundir.

A abrir, um editorial — tomada de posição da Revista perante a actual conjuntura política, do modo que julgamos possível e útil neste tempo. Segue-se um «filme dos acontecimentos» o qual, com base na nossa imprensa diária, recapitula e arquiva os dias histórias que o País viveu entre 6 de Setembro e 6 de Outubro. A continuar no próximo número. Registamos, depois, alguns depoimentos de diversas personalidades de diversos quadrantes políticos sobre o modo como encaram o actual momento político. Depõem escritores, jornalistas, advogados, sacerdotes, estudantes. E o nosso flash sobre a actualidade fecha com uma antologia de textos do Presidente do Conselho, em que procurámos dar a conhecer aspectos significativos da sua personalidade e do seu pensamento.

Noutra secção abrimos um «dossier» dedicado ao tão discutido e falado Herbert Marcuse, alemão e filósofo. Uma curta apresentação, um capítulo do *Homem Unidimensional* e uma entrevista dada ao jornal *Le Monde* introduzem à sua obra e ideias, que tencionamos abordar mais desenvolvidamente, sob a forma do artigo, num dos próximos números.

A actualidade crítica volta-se sobretudo para a Checoslováquia, onde deixamos bem clara a nossa condenação da intervenção soviética; mais se fala da actualidade nacional (reforma da Faculdade de Letras, o «caso» do Seminário dos Olivais) da actualidade religiosa (a «pílula», Bogotá, a reactivação inquisitorial) e de algumas tristes variações sobre o tema do

SERVIÇOS DE CENSURA  
(E DE)  
CORTADO

218

costume (Perú, México, Congo). Uma nota sobre o recente Congresso dos Anarquistas encerra esta secção.

As *Artes e Letras* são preenchidas com um texto: *Scriptease*, de M. S. Lourenço, cuja importância nos parece inútil realçar; mas falamos ainda de dois poetas que morreram: Manuel Bandeira e Cristovam Pavia. O primeiro era célebre e deixa uma extensa obra publicada: dele falará Ruy Belo. O segundo era praticamente desconhecido e deixa apenas um livro publicado. Eele se falará numa curta nota e mais desenvolvidamente no próximo número.

Isto será o que se planeou para o número 62-63 d'O TEMPO E O MODO que mais uma vez sai atrasado. Mas, na melhor das hipóteses, acerta o passo. A descompasso.

SERVIÇOS DE CENSURA  
(SÉDE)  
CORTADO

7/20/68  
O tempo e o modo  
158  
162 Allegretto



658

## EDITORIAL

No dia 26 de Setembro de 1968, o Chefe do Estado dirigiu uma mensagem à Nação, anunciando-lhe que usava da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 81.º da Constituição para exonerar o Doutor António de Oliveira Salazar do cargo de Presidente do Conselho de Ministros. Na mesma mensagem, o Almirante Américo Thomaz comunicou ainda que nomeava para o substituir, o Doutor Marcello José das Neves Alves Caetano.

Em qualquer país do mundo, a substituição dum chefe de governo é sempre um acto político importante; no caso português, pode-se afirmar sem exagero que esta decisão constitui um acontecimento histórico. Há quase quatro décadas que Salazar conservava esse cargo, o que significa que a maioria da população portuguesa nunca conheceu outro Chefe do Governo. Se acrescentarmos a este facto a poderosa personalidade do Doutor Oliveira Salazar e o rumo por ele imprimido, constante e inflexivelmente, à vida nacional, conclui-se que, em Portugal, política e Salazar tem sido, de há trinta e seis anos para cá, termos homónimos ou antónimos, mas, em qualquer caso, de significação correlacionada.

Não parece, pois, arriscado dizer que se virou uma página da História de Portugal. Com Marcello Caetano, começa outra que se não pode dizer que esteja em branco. Novo capítulo? Não digamos tanto: digamos novo sub-capítulo.

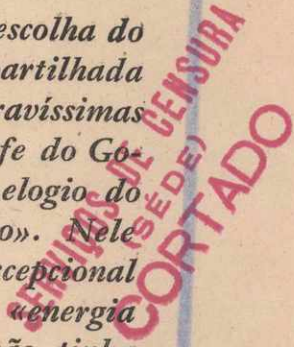
SERVIÇOS DE CENSURA  
VISADO

O actual Presidente do Conselho falou ao País no dia 27, proferindo um discurso aguardado com compreensível expectativa.

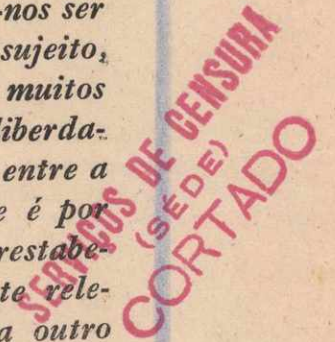
Antigo Professor de Direito Constitucional, não é de estranhar que o Prof. Marcello Caetano tenha começado por sublinhar que foi designado para o seu cargo «segundo as normas constitucionais». E esse é um primeiro facto que se deve impôr à nossa atenção: a seguir ao afastamento de Salazar, não houve, como alguns temiam e outros desejavam, interrupção da normalidade constitucional definida em 1933: Marcello Caetano é o segundo chefe do governo dum mesmo regime.

Depois de confessar a sua surpresa perante a escolha do Chefe do Estado — surpresa provavelmente compartilhada por algumas outras pessoas — e de se referir às «gravíssimas responsabilidades deste momento histórico» o Chefe do Governo traçou em poucas mas incisivas palavras o elogio do seu predecessor, alcunhando-o de «homem de génio». Nele distinguiu a «poderosíssima personalidade», o «excepcional vigor de pensamento», a «vontade inflexível», a «energia inquebrantável», afirmando ainda que Salazar não tinha descanso nem dava tréguas. Vigor, vontade, energia não foram com certeza substantivos escolhidos ao acaso: nessas características destacadas se pode encontrar não pouco do que une os dois estadistas, como membros duma mesma família espiritual.

Falando dos seus escrúpulos em aceitar o cargo, Marcello Caetano disse: «que a vida tem de continuar» empregando assim um verbo que apareceria várias vezes no texto do seu discurso, implicando simultâneamente fidelidade e movimento, este último termo entendido como adaptação. E disse ainda «que era um homem como os outros», o que não deixa de ser salutar.



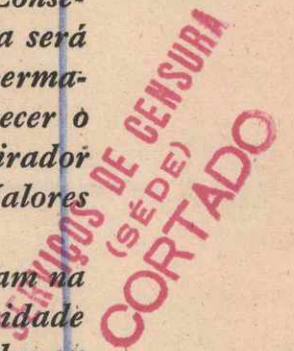
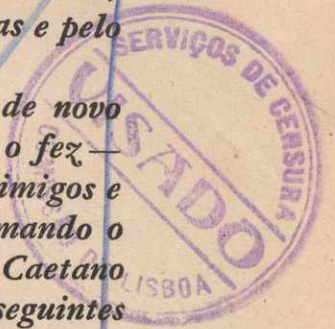
Seguidamente, o novo Presidente do Conselho definiu algumas linhas mestras do rumo a imprimir à sua acção governativa. Como se esperava, acentuou a «necessidade de não descurar um só momento a defesa das províncias ultramarinas» e fez o elogio das Forças Armadas vincando a legitimidade da sua luta contra um inimigo que classificou de «insidioso»: Mais adiante, o Prof. Marcello Caetano ligou a guerra do ultramar à vigilância na rectaguarda, declarando que «em tal situação de emergência há que continuar a pedir sacrifícios a todos, inclusivamente, nalgumas liberdades que se desejaria ver restauradas». Parece-nos ser de acentuar dois pontos: 1.º Embora a indefinição do sujeito, afirma-se oficialmente, pela primeira vez, desde há muitos anos, que há um desejo de restauração de algumas liberdades; 2.º Estabelece-se uma relação de causa a efeito entre a Guerra de África e essas liberdades, uma vez que é por causa da primeira que as segundas não podem ser restabelecidas. Qualquer destes pontos é significativamente relevante. Parece-nos ser ainda de ligar este aspecto a outro passo do mesmo discurso em que o Chefe do Governo atribuiu ao Povo português determinados anseios e fala, a propósito da juventude, de um «futuro cheio de interrogações». Lamentamos que Marcello Caetano não tenha precisado o modo de apurar se esses anseios correspondem a anseios reais, ou são meramente imaginados e quais os meios a dar resposta às interrogações que povoam o futuro. Até porque damos o nosso inteiro aplauso à afirmação «de que seria estulta a pretensão de levar a cabo (os ciclópicos trabalhos antevistos) sem o apoio do País» como o damos à frase citada de Salazar de que «todos não somos demais para continuar Portugal». O Prof. Marcello Caetano podia até ter citado outra fórmula correcta de Salazar «Ninguém consegue governar contra a vontade persistente de um Povo». Mas já entram numa filosofia muito pessoal, e que não é a nossa, o pedido



*de um crédito aberto ao governo e da informação unilateral, dependendo de possibilidades pelo governo entrevistas e pelo governo estabelecidas.*

*Mais adiante Marcello Caetano constata — e de novo pela primeira vez desde há muito um governante o fez — que os portugueses estão divididos entre si como inimigos e que há ódios e malquerenças. Deplorando-o e afirmando o seu desejo de que essa situação termine, Marcello Caetano produziu uma afirmação positiva, que as frases seguintes vem contudo tornar ambivalente. Mas insere-se na continuidade relevada ao longo de todo o discurso e que já acima salientamos, o anti-comunismo do novo Presidente do Conselho e a afirmação peremptória de que «a ordem pública será inexoravelmente mantida». Aqui o fundo e a forma permanecem idênticos, o que só espantará quem não conhecer o coerente pensamento do Prof. Marcello Caetano, admirador e defensor dos regimes de Ordem e de defesa dos Valores Tradicionais.*

*Esse amor à Ordem e à Tradição não o impediram na última parte do seu discurso de declarar que a continuidade «não deve confundir-se com o apego obstinado a fórmulas ou soluções que ele (Salazar) algum dia haja adaptado» nem de afirmar que «a constância das grandes linhas da política portuguesa e das normas constitucionais do Estado não impedirá, pois, o governo de proceder, sempre que seja oportuno, às reformas necessárias». Não será certamente trair o pensamento do Chefe do Governo afirmar que essas reformas se destinam a dar mais constância às linhas mestras da política portuguesa, tal como Salazar as definiu e a dar maior robustez à Constituição Política de 1933. As mudanças que Marcello Caetano propõe e a que significativamente chamou reformas não se destinam a subverter a ordem estabelecida: destinam-se a permitir que ela se revigore.*





Já no penúltimo parágrafo do seu texto, Marcello Caetano falou ainda dos caminhos da dignidade, da paz e da justiça social acrescentando que eles têm sido «penosamente trilhados». Bem demais o sabemos e o sabe O TEMPO E O MODO que desde a sua fundação tem defendido esses valores. Possam eles custar menos penas aos que os defendem — e a publicação na íntegra deste editorial, a ser possível, será já qualquer coisa — e um passo em frente se terá dado. Mas dar um passo em frente é apenas começar a andar. E uma longa marcha nos espera. Para nenhum de nós, também, esta hora pode ser de «cepticismo ideológico ou de tibieza na decisão».



235  
209

«O TEMPO E O MODO» N.º 62/63  
Provas enviadas à Censura em  
4 de ..... de 1962

235



### INQUÉRITO

Desenha-se em Portugal uma clarificação de horizontes políticos? Estamos à beira de uma democracia europeia, de tipo francês ou italiano? Quais as tarefas essenciais que nos cabem a nós, democratas portugueses, na presente situação nacional?

Eis os tópicos em que, como franco-atirador isolado, desejaria reflectir perante os leitores de O TEMPO E O MODO, deixando vincado, desde já, que falo a título rigorosamente pessoal e que as minhas opiniões apenas me comprometem a mim próprio. Não quero (e não o quis nunca) ser timoneiro de nenhuma barca, mas reivindico o direito de ser eu-mesmo.

No discurso que proferiu logo após a prestação de compromisso de honra, o presidente do Conselho exprimiu o desejo, que qualifiquei de sinceríssimo, de ver o país evoluir para um clima de convivência, tolerância e respeito das aldeias. Alguns actos responderam já pelas intenções proclamadas e é indubitável que certa diferença existe *relativamente* a uma atmosfera irrespirável. Sublinho o advérbio para temperar entusiasmos e dissipar ilusões possíveis. Mas parece inegável a existência de indícios, conquanto ainda débeis, do prevalectimento de uma tendência liberalizante, eventualmente sujeita a retrocessos e refreamentos inesperados. Não é, decerto, a democracia. Impossível dizer, por agora, se é ou não o começo dela.

Não julgo ingénua nem pressentir as dificuldades de levar por diante neste momento, sem resistências perigosas, qualquer programa mais audaz, a quem, como o actual chefe do governo, recebeu as responsabilidades do poder por um mandato em que não tivemos intervenção directa. Às dificuldades conjunturais que, sem custo nem «bluff», se adivinham, acresce o facto de a fisionomia política do chefe do governo, ao menos nestes anos mais recentes, ser, quando muito, a de um homem do centro. Seria pueril imaginar, portanto, que o prof. Marcello Caetano iria fazer a nossa política. Penso todavia que nos cumpre avaliar objectivamente os seus actos e os do seu ministério, sem esperanças irreflectidas

SEMPRE DE CENSURA  
CORTADO

mas também sem desvalorizações precipitadas do que possa vir a surgir de positivo em vista da democratização da vida nacional.

Como quer que seja, a tarefa dos democratas continua de pé: pugnar pela restauração das liberdades públicas, a que o país se comprometeu, aliás, perante várias instâncias internacionais e que estão incorporadas na declaração dos direitos do homem, sem exclusões de qualquer ordem, porque nas sepulturas não há lugar para os homens vivos; lutar pela independência nacional, pela paz, pelo progresso social e económico, apresentando, frente a cada problema concreto, a alternativa que julgamos conforme a uma definição democrática do interesse do povo português. Um desses problemas é o da universidade, acerca da qual o governo decidiu promover um inquérito no interior e no exterior da instituição, iniciativa que acentua um estilo e assinala um propósito.

No plano político creio que há muitas tarefas a cumprir. O ano de 1969 trará uma batalha que, na minha opinião, é indispensável preparar com antecedência: a eleição para deputados à Assembleia Nacional. Penso que seria necessário organizar, desde já, com a maior lucidez e o máximo sangue-frio, a intervenção oposicionista nessas eleições. Cumpre-nos promover o recenseamento, reclamar a revogação das disposições e das práticas que deformam a significação da consulta ao eleitorado, e estabelecer os programas mínimos, mas precisos, que à escala nacional e regional, entenderemos propor ao país.

Não nos cabe, é evidente, demitirmo-nos da nossa posição de adversários políticos do presidente do Conselho, visto que — é preciso dizê-lo? — não há motivos para que o consideremos nosso correlegionário ou sequer nosso aliado. Mas cumpre reconhecer-lhe a lealdade de processos e de métodos se as instituições não continuarem a fulminar-nos com as excomunhões habituais. Ter-se-á dado então um passo no sentido de devolver ao país a forma de vida política a que tem direito e que é uma das suas aspirações mais profundas e inabaláveis.

Lisboa, 16 de Outubro de 1968.

ROGÉRIO FERNANDES

Após quatro décadas de uma actuação governamental uniforme, em que quaisquer veleidades democráticas foram esmagadas, assiste-se por circunstâncias absolutamente naturais, a uma mudança na chefia do governo.

O Prof. Marcelo Caetano que desde os tempos gloriosos da década de vinte tem sido defensor do corporativismo, como solução dos proble-



SERVÍCIOS DE CENSURA  
(SEDE)  
CORTADO

mas político-económicos do País, é o novo chefe do governo. Desde 1919 a 1962 esteve ligado à Administração Pública tendo oportunidade de pôr em prática os princípios corporativistas defendidos e, ao mesmo tempo, cooperar na construção jurídica do regime.

Corresponderá, no entanto, a esta mudança na chefia do governo uma alteração na política seguida até agora. Apesar da genérica afirmação, feita pelo chefe do governo, de continuidade na ordem administrativa e no plano político; vejamos a questão pois que esta continuidade implica uma ideia de movimento, de sequência e de adaptação, focando os principais problemas com que o País se debate, as crises que o afectam.

O problema da guerra no Ultramar foi bem vincado pelo Prof. Marcello Caetano ao afirmar que a defesa dos províncias ultramarinas prosseguirá e que tal situação terá como consequência «continuar a pedir sacrifícios a todos, inclusivamente algumas liberdades que se desejariam ver restauradas».

A participação das forças democráticas na vida política portuguesa é enigmática. O Presidente do Conselho disse querer governar num regime onde caibam todos os homens de boa vontade. Significará isto que se vai permitir a constituição de outros partidos políticos da União Nacional? O Prof. Marcello Caetano foi, porém bem firme ao tranquilizar os portugueses de que a ordem pública será inexoravelmente mantida. Como neste País se criou oficialmente o mito, (além de outros) de que a ordem pública e partidos políticos são coisas que se excluem a dúvida subsiste.

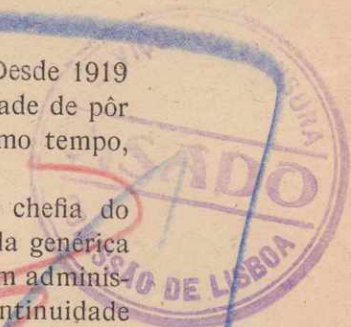
A questão económica (África ou Europa?) continuará a ser enquadrada pelo sistema corporativo. O presidente do Conselho pôde referir-se a este facto ao declarar aos Presidentes das Corporações que o governo continuará fiel ao ideal corporativo na solução dos problemas económicos e sociais.

Na deplorável situação escolar avulta o problema da Universidade e a ele mais longamente me referirei.

Até agora nada foi dito que indicasse uma nova via política para além de o primeiro Conselho de Ministros ter assinalado as deficientes condições dos edifícios dos estabelecimentos do ensino superior.

Este problema existe, é certo e também preocupa os estudantes mas enquanto não for garantida a autonomia da Universidade, não se proceder à integração dos estudantes na sua gestão e, se não realizar a sua reforma, a crise universitária subsistirá.

Em vez de se proceder a essa integração, a política seguida até agora tem consistido por um lado, em tentar destruir os organismos representativos dos estudantes e defensores dos seus interesses — As Associações Académicas — através das quais a integração deverá ser feita e por outro



SEMPRE DE CENSURA  
(SEDE)  
CORTADO

em criar departamentos de prestação de serviços (serviços sociais e serviços Médico-Sociais) em cuja gestão os estudantes estão representados.

A luta contra as Asstciações Académicas é feita através de uma legislação que permite colocar comissões administrativas ni lugar dos corpos gerentes democráticamente eleitos, que exige homologação pelo governo, destes corpos gerentes e que restringe a liberdaee de reunião.

Se o Prof. Marcello Caetano quiser normalizar a vida universitária, que tão profundamente conhece, terá de rever toda a política anterior.

Construam-se os edifícios necessários (e isto tem sido reivindicação constante dos estudantes) mas ao mesmo tempo revogue-se a legislação anti-associativa referida, permita-se a criação de Associações Académicas nas Faculdades onde as não há, autorize-se a participação de representantes dos estudantes democráticamente escolhidos por intermédio dos seus organismos representativos nos Conselhos e no Senado Universitário, se se quiser alcançar a plataforma necessária para a integração dos estudantes na vida da Universidade.

Será depois de garantida a autonomia e realizada esta integração que se deve proceder a uma Reforma da Universidade em que participem todos os interessados.

É altura dos estudantes fazerem uma interrogação, desta vez a um interlocutor que em 1926 se demitiu de Reitor da Universidade em consequência de uma aparente discordância com a actuação governamental em relação à Universidade, nomeadamente à sua autonomia. A sua resposta será decisiva nas posteriores atitudes dos estudantes.

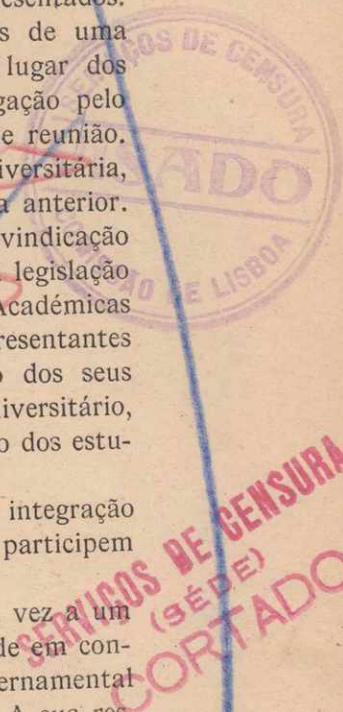
MANUEL ROQUE (estudante)

«ET MAINTENANT?...»

Depoimentos deste tipo, a publicar — espera-se — por estes lugares, têm as limitações que se conhecem; nos tempos que vão correndo, mantêm-se as antigas (sem dúvida!) e surgem as novas, estas consequências da expectativa optimista, perante os últimos «sucessos» de alguns dos nossos amigos, com quem julgavamos compartilhar certos anseios.

O tempo actual é útil para muita coisa e também para encetarmos um aprofundamento dos vitais problemas que nos cercam, sem esquecermos a realidade do país. É também momento clarificador de variados equívocos.

Todavia, tudo parte da percepção do que se passa.



Perdoe-se-me a natureza da contribuição (esclarecedora prosa alheia), mas aqui fica:

«A continuação do Estado Novo para além de Salazar não constitui problema, justamente porque existe a sua doutrina e a sua obra, trina e obra que lançaram as bases sólidas de um sistema e que educaram já toda uma geração. E nod dia — que Deus permita venha longe! — em que os designios de Deus impuserem que outro homem tome o seu lugar, tenho a firme esperança de que o Estado Novo se manterá sem custo no rumo traçado, desde que os nacionalistas portugueses, fiéis à inapreciável orientação recebida durante tantos anos de governo da Inteligência, sejam capazes de, nessas horas necessariamente críticas, praticar três virtufes pessoais e políticas: união, serenidade — e juízo!»

(Prof. Marcello Caetano, Discurso de Coimbra, pronunciado em 23 de Novembro de 1951, na abertura do III Congresso da União Nacional e transcrito no volume «Págians Inoportunas», pág. 179).

Com a devida vénia, assim me quedo por agora.

JORGE SAMPAIO

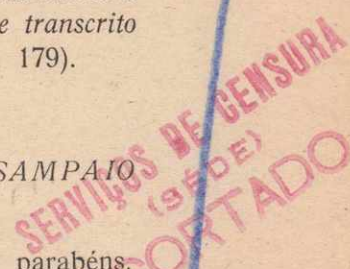
— O que penso do actual momento político?

1.º — Que o Estado agora novíssimo merece os nossos parabéns. Simplesmente porque há muita gente contente. Pois então não é bom que os jornais embandeirem em arco porque podem dizer que já podem dizer e começam mesmo a dizer, que haja regressos anunciados e partidas «aboatadas» e que os empregados da C. P. escreveram ao Presidente do Conselho? Que sejam prometidas prioridades para o ensino e apareça já uma reforma (!)? Afinal o De Gaulle é um grande homem! Vai ajudar-nos de aqui a uns anos (se ainda formos vivos). O pior é o Marcuse. E os outros.

2.º — Que os últimos quarenta anos não chegaram para a oposição resolver o seu complexo de Édipo. Dizem os psicanalistas que isso complica a vida na idade adulta. É difícil prever o futuro próximo, mas podem manifestar-se estranhamente aspirações longamente recalchas.

3.º — Que não faltarão boas vontades para a acção imediata. Esperemos que haja também quem queira parar, não ter pressa (de quê, agora?), tirar lições. Porque há muito, muito que pensar, que estudar e que fazer a longo prazo. Como havia há dois meses<sup>4</sup>

JOANA LOPES



S/8 feito o c...

COMISSÃO DE LISBOA

## VER OU NÃO VER

Pela primeira vez na minha vida consciente de haver governamentação, um Chefe do Governo português existe, que não se chame Salazar. Essa mudança irreversível é, mais do que política, histórica. Daí que o facto desperte em mim aquele salto íntimo da atenção que a política *tout court* nunca desperterá.

A história é tecida de actos políticos, e doutros. O quotidiano forja-a, na invisibilidade com que a erosão subterrânea prepara a derrocada súbida duma falésia ou o rebentar de uma nascente nova. O política jogada mais recente à história — digo, a acção do político mais inteligentemente atento — é aquela que se dá conta, em cada instante, de que se passa nesse imenso pano de fundo onde milhões de seres humanos agem diariamente, condicionados. Condicionismo que começa por ser herdado, antes de imposto. Herdado individual e colectivamente. No corpo com subconsciente.

Quando a política é sobretudo dominada pela luta contra outros políticos, ganhará, dentre estes, o que melhor tiver sabido *utilizar* amassa. A forma mais eficaz dessa manipulação depende do grau de percepção que o político tiver tendência é no sentido da inércia, do deixar que me digam como é. Este tipo de político sob de mediano a talentoso quando detecta na multidão silenciosa, um enorme gana de gritar. Ou quando diagnóstica, na multidão aos berros, um oculto desejo de socego físico e mental confortado com alibi.

Mas quando a política é fundada no desejo de facultar a uma comuni-

COMISSÃO DE CENSURA  
COTADO

dade nacional o acesso à sua vocação histórica, só há um meio de agir capaz de atingir tal meta: falo do estadista que, tendo facultado aos seus concidadãos o conhecimento dos dados do problema, encontra a colaboração de um povo que, começando por se inteirar de como está vivendo torna-se apto para decidir como viver.

O actual Presidente do Conselho fez, no seu discurso inaugural, diversas afirmações ambivalentes. Estão neste rol quantas se referem ao apoio que deseja encontrar no que chama o Povo Português.

Mas o que é um povo?

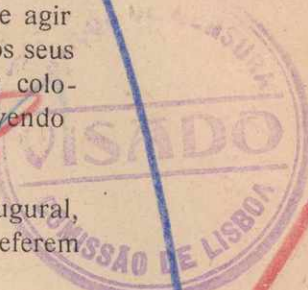
Embora a realidade objectiva não possa ser mais do que uma em cada momento histórico, é possível ter-se de um povo tantas representações mentais quantos os recursos de imaginação que há no homem. Por vezes, utilitarismo e fantasia são duas faces da mesma moeda. Mão-de-obra barata e fácil carne para canhão vivem paredes meias com o pitoresco do folclore que tanto agrada a certo tipo de turista. A miséria de um povo pode medir-se pela riqueza das suas festas populares, disse um escritor mexicano.

Penso que o grau de existência de um povo, tal como o de uma pessoa, depende da sua capacidade em se autodeterminar. Isto é: na acção consciente que melhor permite a uma nação ser ela própria sem por isso esquecer que todos os povos não são de mais para que a humanidade atinja a sua plenitude.

É aqui que duas grandes correntes de pensamento e acção marcam o ponto de ruptura.

Para uma delas, a *verdade histórica* é uma coutada onde uma elite rarefeita dá batida aos gregos dos deuses. Que a maioria dessa elite se aproveite para viver no melhor bairro não exclui a existência de pessoas genuinamente convencidas de que a multidão, a maioria, a plebe — o marhalhal, enfim — não tem outro papel senão o de ser ensinada sobre como pensar e comportar-se.

Para outra corrente, na qual me incluo, essa verdade não é produto de mero trabalho intelectual e muito menos o exclusivo de uns raros, muito raros Professores. Pelo contrário, quanto mais forem os participantes no debate preparatório para que uma comunidade decida do seu rumo, mais verdade histórica rebentará — como fontes depois de caídas as primeiras chuvas outonais. *Porque essa verdade é simultaneamente a consciência que o povo tem de como é e a acção voluntária (nem imposta) por ele praticada no sentido de se transformar e, fazendo-o, participar na transformação do mundo.* Refiro-me a uma transformação para melhor — para melhor de todos à custa da diminuição sofrida pelo conforto de alguns.



COMISSÃO DE CENSURA  
(SÉDE)  
CORTADO



Inquieta quem veja as coisas desta maneira que o actual Chefe do Governo, no seu discurso inaugural, tenha feito um resumo daquilo por que, segundo ele, o povo português anseia. Inquietação que não desfaz a prometida concessão de que será pedido aos portugueses isto ou aquilo «através da informação, tão completa e frequente quanto possível, procurando-se estabelecer a comunicação desejável entre o Governo e a Nação.» Porque ocorre perguntar: e se esse povo, feitas as contas, mostrar que anseia por outras coisas?

Não antecipemos. Por ora, ao escritor que sou, interessa sobretudo levantar um ponto.

Retenho do *Diário de Lisboa* de 30 de Setembro esta passagem:

*Na despedida que fez aos jornalistas, a quem teve a deferência de franquear o seu gabinete ao instalar-se nele para começar o exercício das suas funções, o novo Presidente do Conselho pediu como quem manda ou mandou como quem pedeõ*

*— Agora vão deixar-me trabalhar...*

Ao lê-la, e pensando em todos cuja actividade, artística ou de reportagem, é fundamental para que um povo se autodetermine, sinto que temos a mesma autoridade moral para dizer: «Deixem-nos trabalhar.»

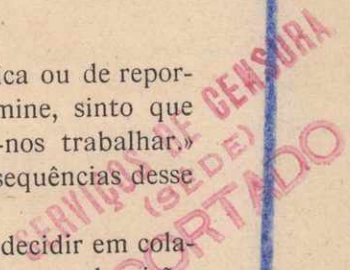
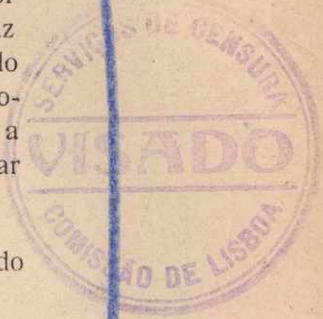
Que é fácil impedi-lo, todos sabemos. De que as consequências desse impedimento são nefastas, muitos se vão dando conta.

Um Chefe de Governo tem tantas possibilidades para decidir em colaboração com o seu povo quanto mais amplo for o seu campo de visão, amplitude que exige a comparticipação de todos, adversários políticos inclusos: aprendemos mais de quem nos contradiz do que de quem nos aplaude quanto façamos ou digamos.

«Não me falte ânimo para enfrentar os ciclópicos trabalhos que antevejo,» disse o Prof. Marcello Caetano. Referir-se-ia ele ao gigantismo dos ciclôpes ou à característica monocular dos mesmos? Creio que foi de António Sérgio a conhecida e terrível frase: «O drama de Portugal não está em que nele reina quem tiver o olho só, mas no facto de alguns arrancarem um dos olhos para poder reinar.»

NUNO DE BRAGANCA

Não tenho qualquer delegação para falar em nome da Igreja; no entanto gostaria de referir, na minha perspectiva pessoal, as atitudes que espero da Igreja face à actual conjuntura política.



1. Como condição prévia para tudo o mais, a Igreja deveria obter para si uma liberdade real. Um primeiro passo nesse sentido seria o derrogar a aplicação entre nós da recomendação conciliar, sobre a não-interferência dos poderes políticos na nomeação dos bispos.

2. Tal liberdade não significaria uma situação de privilégio, nomeadamente em relação às restantes confissões religiosas existentes no país, mas também em relação às demais pessoas e grupos.

3. A Igreja não deveria actuar como grupo de pressão, no sentido em que nenhuma corrente política se pudesse nela apoiar, nem viesse a instrumentalizá-la como força monolítica ao seu serviço. Assim, não seria desejável uma declaração oficial, por exemplo em altura de eleições, a encaminhar a escolha política dos católicos ou a vinculá-los em consciência a determinada linha de rumo.

4. A recusa a actuar como grupo de pressão não representaria, por parte da Igreja, um abstencionalismo sobranceiro ou uma passividade indiferente. Ela não pode renunciar à sua tarefa de serviço, no seio da comunidade humana em que esta integrada, o que implica que saiba inspirar evangélicamente as opções políticas das pessoas e dos grupos. «Inspiração evangélica» é sem dúvida uma fórmula demasiado vaga — todavia, nela estão implícitas algumas posições de fundo, entre as quais a mais importante para o momento me parece ser esta: a Igreja deveria testemunhar inequivocamente que o valor justiça tem prioridade sobre o valor ordem. Quando a «ordem» contradiz a justiça é preciso sacrificar aquela a esta. Semelhança princípio não resulta duma especulação de filosofia política, mas deduz-se imediatamente do Evangelho de Jesus Cristo (quem tem ouvidos para ouvir, que ouça).

5. Ao servir a comunidade humana, a Igreja teria ainda uma função de denúncia perante as situações de injustiças e a corrupção social. Se até aqui as relações Igreja-Estado têm sido equacionadas na óptica exclusiva do binómio «distinção-colaboração», talvez se possa avançar neste domínio aceitando como indispensável um outro binómio: cooperação-contestação. Cooperação, porque a Igreja tem um contributo a dar a toda a sociedade civil; contestação, porque muitas vezes esse contributo consistirá em denunciar corajosamente os actos e as situações que contradizem os imperativos da nossa consciência.

Numa palavra, o que eu espero da Igreja, face ao actual momento político, é que ela possa dizer ao homem português de hoje o mesmo que Pedro disse ao coxo no pórtico do templo: «Não tenho ouro nem prata, mas vou dar-te o que tenho: em nome de Jesus Cristo de Nazaré, levanta-se e anda».

P.º LUIS MOITA

A pergunta feita era susceptível de originar amplas considerações, sobretudo se se pretendesse fazer uma análise histórica rigorosa do «aparecimento» do actual momento político, das semelhanças e das diferenças da conjuntura presente com outra conjuntura recente, agora passada mas ainda pesando largamente, de diferentes modos, sobre a realidade actual. Mas não creio ser essa a orientação possível para uma resposta sintética.

Apraz-me pis dizer apenas o seguinte:

1. Numa sociedade estática ou, digamos, de dinamismos evolutivos somente parcelares e de ritmo muito lento, alguma coisa de mais activo e mais amplo se pode agora verificar no andamento de toda a vida social, ou seja é virtualmente possível pôr em causa e vir mais tarde a superar muitos dos obstáculos ao esclarecimento, ao desenvolvimento económico-social e ao progresso político.

2. Tal possibilidade não é um automatismo e a sua concretização depende de diversos factores, parte deles alheios, parte deles estreitamente ligados ao pensamento e à acção de todos aqueles que vinham já combatendo, ou tentando fazê-lo, na linha de alcançar aqueles objectivos.

3. O poder tem os seus problemas, conexos com os seus condicionamentos e com o estilo e intenções de quem o ocupar. Em qualquer caso, um jogo de forças está aberto, um combóio começa a andar carregado embora de contradições. Mas isto, e até estas, importam muito.

4. A nós, à maioria dos leitores desta revista, creio que o que interessa, todavia, não é tanto as configurações que o poder reveste ou vier a revestir, mas sobretudo aquilo que nós podemos e devemos fazer. Exigência nova se nos põe, em alguns aspectos com a mesma cara que tinha, em outros com novo rosto. Na verdade não sabemos ou não podemos (ou ambas as coisas) responder às exigências muito grandes que se punham. Mas chorá-lo interessa pouco. Perceber porquê a responder agora de forma adequada e eficaz a essa nova exigência é o que interessa e será decisivo. Vai ser preciso mais acção sólida e mais pensamento lúcido, mais rigor de ideias mas evitar toda a alienação de raciocínio emsi próprio, todo o enredar das ideias em torno delas mesmas.

5. Finalmente direi que suceda o que suceder no «momento», a prazo curto, creio que será mais importante o que puder conter, sobretudo na medida em que de nós depende, o prazo médio e longo. Há aí as questões postas pelas novas gerações, pelos que vêm vinvo (e ainda bem), há aí todo o o repto duma formação necessária, mas que passa também pela necessária acção, sem a qual aquela é apenas alienante.

O país novo que se pode gerar derivará em muito de nós próprios e toda a gestação tem as suas fases, que poderemos tornar muito mais curtas ou não, mas teremos de saber e querer percorrer. E quanto melhor soubermos e mais quisermos mais depressa caminharemos.

245  
252



Para «O TEMPO E O MODO»

Um povo divide-se em governantes e governados. É dos livros. Mas os governantes não são uma camada que sobrenada os governados, como a nata no leite. É também dos livros. Os governantes emergem da massa, são um seu produto. Daí que quando governados ascendem a governantes os governantes que cederam o lugar regressam a governados, e é neste entrelaçar dinâmico de posições relativas que se forma o todo nacional.

Durante algumas dezenas de anos vivemos num regime em que os governantes constituíram uma casta, impermeável, fechada, que se auto-abastecia no seu meio restrito e aonde nãl tinha acesso a massa dos governados. Nem acesso físico, nem acesso de qualquer outro tipo, quer por meio de simples sugestões quanto ao odo de governar, quer por meio de meras indicações dos caminhos a seguir.

O Governo pròpriamente dito foi, durante quatro décadas, o governo de um só, auxiliado, mas apenas nas tarefas menores, por sub-governantes que se sucediam sem nunca formarem uma equipe. Sob certo aspecto, o Governo funcionou em regime de artesanato, não sei se ainda admissível no início, muito no início, da sua gestão, mas inadequado nesta época vivamente tecnizada em que se superam, cada dia, as previsões da véspera.

O resultado foi — e uma voz oficial lamentou-o num discurso recente — não haver quadros políticos formados no âmbito do regime. (A voz oficial referia-se, evidentemente, a quadros políticos estruturados na casta governante).

SERVÍCIO DE CENSURA  
CORTADO

Não creio ser importante, para o regime vigente, essa falta (a casta governante tem funcionado perfeitamente sem uma estrutura ideológica) nem me parece que tais quadros pudessem ter surgido (os quadros políticos formam-se sobre esquemas ideológicos que constituem o seu esqueleto; os interesses materiais só podem dar origem a agrupamentos precários que se mantêm apenas enquanto a associação oferece vantagens aos seus componentes).

A verdade é que, sem quadros políticos, os indivíduos que vivem num certo espaço delimitado por fronteiras formam um país, mas não constituem exactamente uma nação. A nação é o conjunto dos cidadãos, e cidadãos são os habitantes do país que gozam de direitos políticos. No caso português os direitos políticos são reservados a um grupo minoritário. Esse grupo, mercê de uma orgânica hábilmente desenhada, consubstancia em si a nação. De modo que vivemos, politicamente, num sistema em que há o País e, dentro dele, uma nação...

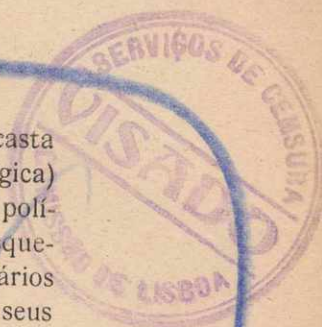
Esta dicotomia Nação-País tornou impossível aos portugueses, desde os da minha geração (falo, claro, dos que não fazem parte da «nação»), saber o que se passava politicamente, ou dizer o que se lhes oferecia sobre o pouco que, por canais nem sempre puros, lhes chegava ao conhecimento. Suponho que, mesmo no Governo, os ministros não eram informados de tudo o que de importante se passava nos sectores dos outros Ministérios — o que significa que dentro da «nação» havia, ainda, uma como que «super-nação» a dirigi-la.

Na encruzilhada em que as circunstâncias colocaram o País, só um caminho pode ser escolhido: revestir os portugueses de cidadania, debater os problemas que se depararam, esclarecermo-nos mutuamente — e agir-mos «nacionalmente» e não «governamentalmente».

Em meu critério, o primeiro acto que os novos governantes devem praticar, é informar — informar a Nação dos factos que nos respeitam a todos — e ouvir — ouvir o que nós, homens da rua, técnicos, cientistas, políticos, práticos das várias profissões, tivermos para dizer acerca desses factos que nos respeitam a todos.

Porque governar não é seguir um caminho que o governante tem como o melhor. É, sim, seguir o caminho que, depois de esclarecido çelos que têm com o governante o interesse comum de ver bem regida a sua Nação, escolher como o melhor. Se mesmo assim, ouvindo a opinião de muitos, pode errar, o que será quando se ficar pela sua opinião apenas...

Creio que a primeira informação a prestar é acerca da situação real do problema ultramarino. Vozes oficiais têm proclamado que jogamos em



SERVIÇOS DE CENSURA  
(SÉDE)  
CORTADO



África a nossa sobrevivência. Não é legítimo que cada um de nós continue por mais tempo na ignorância dos dados dum problema tão grave, o mais grave para a Nação depois de Alcácer-Kibir.

O País está, em assunto de tamanha importância, dividido. É evidente que só a carência absoluta de informação nos divide, pois se todos soubéssemos tudo, se todos livremente nos esclarecéssemos acerca de tudo — haveríamos de encontrar um caminho comum. Porque todos queremos a salvação e a prosperidade da Pátria.

Mas informar e ouvir são o corolário. A premissa é a liberdade de acesso às fontes de estudo e discussão dos factos — Imprensa em que a Censura prévia seja abolida e se regule a responsabilidade, civil e penal, para os casos de abuso.

O Governo que se decidir a «informar» e a «ouvir», terá dado o primeiro passo — mas o maior — no caminho da salvação do País. Não importa que «ouça» muita coisa inútil. O que importa, mas isso em absoluto, é que aqueles que têm para dizer coisas úteis, não sejam forçados a levá-las para o túmulo como segredos de profissão...

*Fernandes de Abranches-Ferrão*

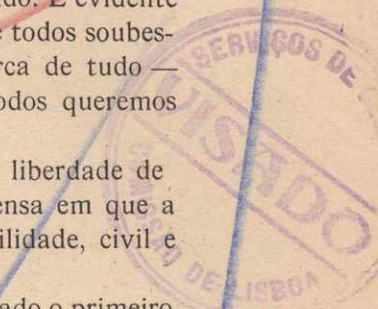
#### COMO ENCARA O ACTUAL MOMENTO POLITICO?

Estaremos numa viragem da nossa história?

Francamente não sei, mas parece-me não restarem dúvidas de que o desenvolvimento português, tanto espiritual como material, se processou nos últimos decénios a um ritmo muito mais lento do que o dos restantes povos nossos vizinhos ou aliados. E, contudo, tivemos sobre a maior parte deles, a vantagem da ordem interna e externa. Essa ordem foi encarecida em todos os tons, confundindo-a embora com o sossego.

Pois a despeito de não termos tido nem guerras intestinas nem internacionais, como quasi todos os povos nossos vizinhos, o nosso desenvolvimento foi menor do que o de povos arrasados, como é o caso da Itália, da França, da Inglaterra, da Alemanha. E se quisermos exemplo mais claro ainda baste-nos olhar a vizinha Espanha, saída de uma hecatombe e dirigida por ideologia afim da nossa, mas com homens de outra concepção da vida acreditando no progresso e procurando-o, e que já hoje serve de chamariz aos nossos trabalhadores dos campos, das indústrias e das minas.

Parece-me que Portugal se encontra como doente, durante anos e anos preso a um leito e manietado. Não é que eu o ache já livre uma vez que continuamos com a Censura e se não anunciam liberdades de expressão, de reunião e de associação. Impedidos os criados de se exprimir livremente e sem medo, de se associarem livremente e de se apresentarem de cara direita, o país anquilosou. É que se a necessidade não cria o órgão, a sua falta de utilização atrofia-o.



SERVIÇOS DE CENSURA  
(SÉDE)  
CORTADO

O país atrofiou de tal forma que em momentos cruciais houveram as autoridades de recorrerem<sup>o</sup>a manifestações organizadas e dirigidas como se fossem espontâneas e explodindo do mais imo da alma.

Ora o homem atrofiado necessita de movimento, de acção, de ginástica. O país precisa de pensar, de se exprimir, já que está como gago, de aprender a ser livre. Mas só em liberdade se aprende a ser livre. Há riscos. Pois há. O grande António Sérgio dizia que quem quiser aprender a andar a cavalo tem mesmo de andar a cavalo e arriscar-se a trambulhões graves. Um pai cuidadoso do físico de seu filho que lhe prendesse as pernas à sela para ele não cair, não deixaria seu filho aprender a andar a cavalo.

O país ao fim de quarenta e dois anos de dirigismo estreito, apertado, tanto no pensamento como na expressão e movimentos dos homens, não sabe pensar nem sabe mover-se. Por isso a condição prévia de actualização do país é o restabelecimento das liberdades essenciais, a primeira delas a de expressão. Não esqueço que sou jornalista e nunca até hoje escrevi nada que não fosse em regime de Censura. E já repararam que os homens de menos de 63 anos, em Portugal, nunca exerceram direito de voto com plena liberdade de propaganda e de escolha? Só esses tinham 21 anos em 1926, só eles eram cidadãos maiores. Teem hoje 63 anos, estando a sete da reforma oficial...

No actual momento, a sensação de alívio, a satisfação, a esperança trazida por um ligeiro abrandamento da férrea regra da Censurtram que a grande massa da população se acha de facto constrangida e que aspira a ser actual, a enquadrar-se no mundo dos nossos dias.

O país tem primeiro de tomar contacto com os problemas, de aprender a conhecê-los, estudá-los em liberdade, para tomar consciência de si próprio e recuperar o atraso que leva. Nunca até hoje se puderam discutir problemas graves como o do Ultramar já que o médico julgou prudente curar o panarício impedindo que ele supurasse, abafando o pus e cobrindo-o com alvaiade.

Essa tomada de consciência, em plena luz, em plena liberdade, em franco dialogar de cidadãos, me parece essencial neste momento crucial da nossa história. «Nemo volitum nisi precognitum» dizemos os latinos e de facto não se aspira a um bem de que nunca se ouviu falar. Há que ser livre para se ser grande e só as árvores enraizadas, crescidas ao Deus dará, cheias de seiva, resistem aos temporais. O vendaval numa estufa é uma desgraça.

Raul Rego

Serviços de Censura  
Estado  
de 1980  
SENHOS DE CENSURA  
CORTADO

## RESPOSTA DE URBANO TAVARES RODRIGUES

— Há uma natural expectativa, até com certos cambiantes de esperança em muitos sectores intelectuais da oposição tradicional e mesmo da mais jovem oposição.

Recentemente um jornal inglês declarou que Portugal, em consequência da política ditatorial e provincial do Estado Novo, regista presentemente um atraso de uma geração. Não é exacto: no que toca ao crescimento económico, à carência de quadros, à falta de democratização da cultura, à necrose do sentimento cívico (lógicamente ainda mais pronunciada, em algumas regiões, nas classes mais opimidas), esse atraso (chamem-lhe vergonhoso ou dramático) é de várias gerações.

Muitos portugueses esqueceram ou ignoram ainda o direito e o dever de participarem na governação da sua pátria.

Veremos renascer agora em Portugal a pouco e pouco um relativo respeito pelos direitos elementares do homem? (de todos os homens???), uma possibilidade de crítica (.limitada) através de uma imprensa quase livre ou semilivre?, um desenvolvimento económico parcial dentro dos esquemas de um neo-capitalismo tecnocrático que venha a brotar do anacrónico, oxidado mas ainda pomposo corporativismo, a favor de uma quase liberalização? Talvez.

Se me perguntarem se acho essa solução preferível à tutela violenta de uma extrema direita anquilosada, não hesitarei em responder que sim. Já não creio, pelo menos entre nós, na tese do quanto pior melhor.

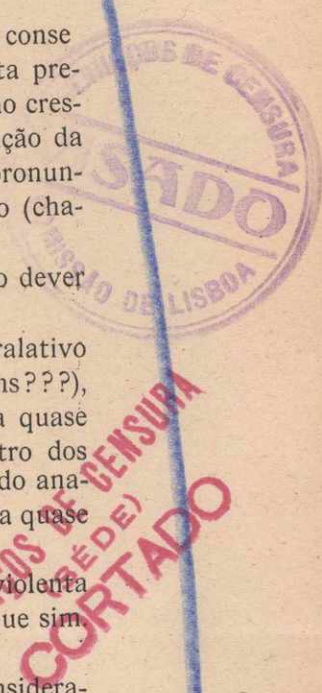
Mas, ainda que o Prof. Marcello Caetano possa inspirar-me consideração de ordem pessoal, até na medida em que não nos surge mascarado senão que se apresenta como conservador que é, porventura desejoso de um convívio mitigado com correntes de pensamento divergente — mas não excessivamente — do seu, e admitindo mesmo que uma evolução estimulada por um diálogo dessa natureza, apesar de tudo vivificador, pudesse conduzir a uma semidemocracia, não creio na capacidade de tal semidemocracia para resolver os trágicos problemas (tão dificilmente resolúveis) com que Portugal<sup>o</sup> se defronta.

E a democracia autêntica, receio bem que o poder se furte a dar-no-la.

Enquanto não for, por exemplo, permitida a discussão aberta de questões como a ultramarina, sem que logo sejam acusadas de traição as vozes discordantes da opinião oficial, enquanto não se puder explicar ao povo o que significa o acesso à liberdade económica, sem se ser imediatamente acoimado de vendido ao estrangeiro, pouco se avançará.

Se tem seu valor a possibilidade de ordeira e muito parcelar reivindicação num clima que se admite mais descongelado? Decerto.

Aliás, a autêntica liberdade, conquistá-la-emos cedo ou tarde. Porque a marcha da história é irreversível.





## INQUÉRITO

PERGUNTA: O que pensa do actual momento político português?

A pergunta é atrevida, e, se nem todos dirão o que pensam, ao menos ficaremos a saber o que se pode ou não se pode pensar e o que se deve ou não pensar. Eu começo por citar Salazar, a ver se nos entendemos.

«A poucos espíritos se impunha com evidência que o único caminho seguro para a Ditadura... era construir ela a sua própria constitucionalidade. Foi esse o passo decisivo da Sala do Risco».

Salazar in «Discursos»

«Felizes as nações que nos momentos cruciais da sua vida não são obrigadas a escolher, e às quais a Providência, com desvelado carinho, dispõe os acontecimentos e suscita as pessoas de modo tão natural e a propósito que só uma solução é boa».

Salazar in «Discursos»

Foi pois no meio dessa felicidade, com o desvelado carinho da Providência e ao abrigo da Constituição de 1933, que o Sr. Presidente da República nomeou para o cargo de Presidente do Conselho de Ministros o retirado Prof. Marcelo Caetano, substituindo o Prof. Dr. Oliveira Salazar em manifesta dificuldade física. Este o papel dos homens.

Tudo se passou em aparente tranquilidade e o «morreu o Rei, viva o Rei» a que Portugal assistiu, decorreu como se tudo estivesse previsto. Apressou-se o Regime, e não muito, em encontrar solução para o problema, enquanto o não-regime ficava a saber que Salazar era, afinal, mortal como Sócrates dos silogismos.

E pronto. Aí temos o Prof. Marcelo Caetano Presidente do Conselho. O mesmo a quem em 1962 os ultras chamaram de KERENSKY. Mas como tudo decorre, ainda, sob o pensamento de Salazar, entre os homens do Regime é conhecida aquela sua frase em que ordena: «Não hão-de ter memória os políticos».

É tido o actual Presidente do Conselho por homem capaz de manter e renovar o regime, entre as gentes deste, e de ter a coragem e a sabedoria necessárias para encontrar fórmulas sensatas com vista ao enquadramento de alguma oposição moderada, entre certa oposição moderadora. Nesta imagem se investem honras, capital político, e alguma expectativa. A expectativa equivalente ao empréstimo sugerido por Sua Excelência no seu discurso de posse: «Esse apoio terá muitas vezes de ser concedido sob a forma de crédito aberto ao Governo, dando-lhe tempo para estudar problemas, examinar situações, escolher soluções».

O primeiro empréstimo pedido à Nação foi assim um empréstimo de tempo. E, como tempo é dinheiro, não sabemos que riqueza ficou a

disposição de Sua Excelência. Pelo seu lado, e em troca, Marcelo Caetano permite o desenvolvimento da esperança que além de virtude teologal passa a técnica política.

## 1. A INTELIGENTE EVOLUÇÃO

«Estou bem certo que V. A. não mostrara logo que, em certas coisas, quer tomar o contrapé ao Governo de El-Rei seu Pai, e que, quando se vir obrigado a fazê-lo, será mostrando que são diferentes ocorrências que o forcem a tomar diversas resoluções».

D. Luís da Cunha in «Testamento Político»

Em certas coisas. Noutras nem era necessário esse cuidado, e se ao Presidente solteiro, habitante de S. Bento, sucede o Presidente chefe de família residente em Alvalade, também a um imobilismo político deve suceder outra vida, outros sorrisos que preparem a inteligente evolução, dentro, sempre dentro, daquela frase pronunciada por Salazar: «Mas, resolvidos a ir até onde seja absolutamente necessário, não devemos ir mais além». Aqui ninguém copia o Infante D. Henrique. Ficaremos antes do Cabo, pois que quem quer passar além do Bojador...

No mar litoral navegar-se-á em direcção a uma nova política de informação, dada a particular importância que o Presidente do Conselho atribui à Opinião Pública. E, se de todos foi notado o cargo que Moreira Baptista foi ocupar, já menos pessoas podem perceber o que vai o responsável pelo SNI fazer. Possivelmente tentar evitar «o mercado negro da opinião pública, onde circulam boatos de difícil comprovação», de que nos fala o Prof. Marcelo Caetano. Para já os jornais embandeiraram em arco, e se já tínhamos uma guerra para os generais, ficaremos com uma imprensa para os jornalistas.

Mas não será só a informação que ocupará o espaço das preocupações mais próximas. Vamos ter pela certa outro dinamismo na Saúde e Assistência, assim como nas Corporações. Gonçalves está mais perto do fim que Gonçalo. Não estamos propriamente na República do Saló, mas a questão social sempre foi um desafio a esses regimes.

O resto é o que toda a gente julga saber: que o Presidente do Conselho é muito estimado pela alta-finança, que representa interesses precisos no quadro do desenvolvimento capitalista em Portugal, que vai dar novas perspectivas à economia, acelerando a preparação para o embate inevitável com as diversas Europas. Daí que se prevejam novas equipas administrativas, com pretensões tecnocráticas, um maior entrelace entre o moderno capitalismo europeu (e não só, como diria um amigo) e a Economia Portuguesa. Claro que ainda há a Agricultura, Portugal



SENTENÇAS DE CENSURA  
(SÉDE)  
CORTADO

252

sociedade dualista em evolução, muitas estatísticas, muitos estudos, muitos planos. Calo-me. Não apresentou o Sr. Presidente do Conselho programa detalhado que nos encaminhe objectivamente. Disse sim que Portugal continuaria a guerra em África e ninguém estava à espera que família. E se à data em que escrevo estas linhas, já reuniu o Conselho Superior da Defesa Nacional, isso deve-se por um lado ao amor de Marcelo Caetano pelas Instituições, (postas a funcionar agora que o País é governado por pessoas normais) é por outro lado é uma política de divisão de responsabilidades que sempre acalmou os mais atrevidos.

2: «PODEMOS DIZER QUE SÓ AGORA O REGIME COMEÇA»

— Augusto de Castro numa entrevista à O R T F.

No que diz respeito ao renovamento dos próprios hábitos do Regime; aproveitando amplitudes constitucionais jámais preenchidas, quer-nos parecer chegado o momento do bi-presidencialismo que Marcelo Caetano sempre defendeu assim como a atribuição de outra importância ao Conselho de Estado e à Câmara Corporativa.

Já em 1947 o actual Presidente do Conselho se batia pela candidatura do Prof. Salazar para a Presidência da República. Não lhe fez Sua Excelência a vontade e o bi-presidencialismo constitucional, trntas vezes focado, nunca funcionou nos moldes que Marcelo Caetano propunha.

A modernização do Regime toma assim diversas formas e será feita em variados níveis. Por todo o lado há uma atenção muito especial sobre os actos do novo Presidente do Conselho. Não se sabe mesmo até que ponto toda a gente assiste sem tomar cuidados, nem sequer se a realidade será presa fácil das intenções de Marcelo Caetano. Ele próprio sabe, porque ele próprio o disse, que: «Para os adeptos a persistência na fidelidade à doutrina abraçada e na obediência a quem a representante será uma prova de carácter mesmo quando as circunstâncias aconselhariam a **inteligente evolução**».

E se a princípio é o homem que faz o cargo não raras vezes acaba o cargo, por fazer o homem.

Para já tem Sua Excelência de evitar que alguns versos de Camões sejam assimilados como técnica política. Isso porque alguns estão de acordo em que «Todo o mal vem das mudanças» e outros atingiram aquele estado para os quais «grandes esperanças são grandes desenganos».

E terminando com o Poeta, acho que acabo bem.

Jose Medeiros Ferreira M. F.

REPUBLICA DE LISBOA  
CENSURA  
(SÉ DE)  
CORTADO

INQUÉRITO

EDUARDO PRADO COELHO

Texto n.º 1: «Os homens são feitos de tal modo que o que mais têm dificuldade em suportar é verem as opiniões que julgam verdadeiras consideradas criminosas, e encarado como maldade o que conduz as suas almas à piedade para com Deus e para com os homens; e por isso chegam a detestar as leis, a tude osar contra os magistrados, a julgar não vergonhoso, mas muito belo, mover sedições por uma tal causa e tentar uma qualquer empresa violenta. Dado que assim é a natureza humana, é evidente que as leis respeitantes às opiniões ameaçam não os criminosos, mas os homens de carácter independente, e que elas são feitas menos para deter os maus do que para irritar os mais honestos, e que elas não podem por conseguinte ser mantidas sem grande perigo para o Estado. Acrescentemos que tais leis condenando opiniões são de todo inúteis; aqueles que julgam são as opiniões condenadas não podem obedecer a tais leis; àqueles que pelo contrário as rejeitam como falsas parece-lhes que essas leis lhes conferem um privilégio e eles tirarão um tal orgulho disso que mais tarde, mesmo se o quiserem, os magistrados não os conseguirão anular». (Spinoza, *Traité Thoologique-Politique*, Garnier-Flammarion, Paris, 1965, pp. 332-333).

Comentário 1z Creio que o simples facto de se pensar em fazer este inquérito é já animador. Creio que o simples facto de se pensar em responder a este inquérito é já (e também) animador.

Direi então em relação à actual política que, entre todas as hipóteses que se afiguraram realizáveis, esta é sem dúvida a mais positiva e aquela que maior confiança parece restabelecer. Basta folhearmos certos jornais e outros meios de informação para drmos conta de um espírito renovador que a pouco e pouco se tenta instalar e que se baseia fundamentalmente em princípios de verdade, de informação tanto quanto possível ampla e objectiva, de esclarecimento, de diálogo e de compreensão. Se a isso juntarmos os sinais de desanuviamento no plano cultural e um certo dinamismo na acção governativa, se recordarmos ainda o clima de discussão honesta e de inquirição atenta que se tem gerado em torno do meio universitário, creio que reunimos alguns dos elementos que justificam plenamente um certo optimismo.



253

*[Handwritten signature]*

253  
254

**COMISSÃO DE CENSURA**  
**CORTADO**

Texto n.º 2z «O grande método é um ensino prático relativo às alianças e à ruptura das alianças, à arte de explorar as mudanças e a dependência em que se está em relação às mudanças, à realização da mudança e à mudança dos realizadores, à dissociação e à formação do grupos, à dependência dos contrários entre si, à compatibilidade dos contrários que se excluem. O grande método permite discernir nas coisas os processos e utilizá-los. Ele ensina a formular as questões que tornam a acção possível» (Bertold Brecht)

Comentário 2z Acrescentarei algumas observações marginais de carácter mais ou menos teórico:

a) Para uma análise da conjuntura, deveremos ter em conta as forças sociais efectivamente representadas na cena política. É evidente que há forças sociais que não foram capazes de se fazer representar. Essa incapacidade é a pedra de toque de qualquer análise de conjuntura.

b) A questão essencial de toda a prática política é a do poder do Estado; fora disso, navega-se sempre em pleno formalismo.

c) Nenhum modo de produção, nenhuma forma de Estado, nenhuma forma de regime se modificam por razões senão para encontrarem melhores condições para permanecerem.

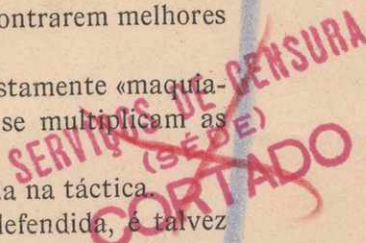
d) Se retirarmos aos termos a sua conotação supostamente «maquiavélica», podemos dizer que em períodos de mudança se multiplicam as tácticas em função das estratégias em jogo.

Definir-se-á como oportunismo a diluição da estratégia na táctica.

f) A atitude de expectativa, tal como tem sido defendida, é talvez ingénua. Porque ela implica a articulação de dois momentos: o de distanciamento e o de adesão ou não-adesão. O instante de distanciamento define-se por uma necessidade de imobilismo de raiz ética. O instante de (possível) adesão define-se como uma forma de demissão; o instante (possível) de não-adesão define-se como um reforço do imobilismo anterior. Trata-se pois de uma atitude moral, sem qualquer razão política.

g) Apenas se compreende uma articulação extremamente dúctil da instância estratégica e da instância táctica, a par de uma diferenciação ponderada dos diversos níveis de actuação: o político, o ideológico, o económico, o social e o teórico. A não-distinção destes níveis conduz a um moralismo apático. A distinção estes níveis sem se ter em conta a função integrante da instância política conduz a um empirismo vicioso.

EDUARDO PRADO COELHO



ANTÓNIO ALÇADA BAPTISTA

REFLEXOES SOBRE O MOMENTO POLITICO

«Daqui, desta Lisboa compassiva,  
Nápoles, por suíços habitada,  
.....»

«Portugal; questão que eu tenho comigo mesmo.  
Golpe até ao osso. fome sem entretém  
Perdigueiro marrado e sem narizes, sem perdizes,  
Rocim engraixado, feira cabisbaixa,  
Men remorso,  
Meu remorso de todos nós...»

ALEXANDRE O'NEIL

Não sei se a história será um dia reflectida. Filmes e livros, extraordinariamente «científicos» procuram fazer a história antecipada e apresentam assim o «projecto histórico» à nossa análise a apreciação. A coisa não me atrai muito. A história permanece «biografia» e temo mais que o inesperado e a boa ou má vaentura invadam a ciência do que os mecanismos científicos organizem a história. De qualquer modo a história contemporânea está ainda fora da reflexão e a nossa própria história mais do que outra.

Aquilo a que os sociólogos chama factores de mobilização ou de dinamização das sociedades, — ele é a explosão industrial, ele é a explosão democrática, ele é a explosão cultural, ele é a violência dos pobres, — aqui... não explodem. Pacatamente, como qualquer cidadão suíço olha para o sobe e desce dos valores da bolsa e bebe o seu leite ou o seu chocolate a olhar para uma imutável paiségem alpina, assim somos nós perante coisas que a O. M. S., o B. I. T., a O. C. D. E., sei lá que letras mais fariam dar um vermelho e alarmante sinal de perigo. Assim somos, assim seja.

Só há poucos anos concluí que estávamos perante uma sociedade neurótica e eu até estava a tratar da minha terapêutica ocupacional: Fiz uma casa na Serra, comprei uma cabrinha, uma vaquinha, três ovelhas e dois porcos. Quando nasceu o vitelo estava a ficar preocupado porque o caseiro me dizia que a vaca não estava a passar muito bem. Levei para

lá uns livros e uns discos giros e começava a programar a série a minha garrafeira. Entretanto, fenómenos mais schakespeareanos que científicos, introduziram, agora sim, aquilo que podemos chamar um factor de dinamização social, não o subciente para que a minha casa da serra e o «vivo» não me continuem a interessar de sobremaneira. De resto já o meu querido amigo Mário Rossi — um psiquiatra tranquilo, na agitação da Itália e da psiquiatria —, me dizia uma vez: « — Tu não te convenças que resolves-te os teus conflitos interiores. Soubeste foi organizar magníficas defesas.» É isso que eu ando a fazer.

Há muito funcionário público, de aspecto completamente normal — normalmente apático, normalmente ansioso, normalmente medíocre, entenda-se, — que ao pedir um dia dinheiro emprestado a um tio rico é capaz de atribuir convencidamente as suas desgraças à tirania e à maldade do seu chefe de repartição, e acrescenta, se vier a propósito, que um outro chefe de repartição é que resolveria capaz não só os problemas de serviço como até os seus problemas pessoais. Se o tio tiver algumas leituras verá que está perante um sobrinho apático e frustrado, com crises de ansiedade ocasional, provenientes de especiais dificuldades que ocasionalmente se declaram.

Nós temos andado um pouco assim, o que não quer dizer que as repartições não devam ter um bom chefe e que não haja uns chefes de repartição melhores que outros.

Para entrarmos honestamente no julgamento do nosso processo histórico não podemos julgar quarenta anos mas oitocentos. E, se levámos o passo certo enquanto a civilização foi conduzida pelo lirismo intuitivo ou pelo romantismo aventureiro, deixámo-nos ficar para traz quando se entrou na era da reflexão da qual saiu o progresso técnico, para bem ou para nosso mal. Luís António Verney é o nome do último comboio que perdemos.

Numa civilização que deixou de ser bucólica, agrária, casuística, paralizada e paternal para ser industrializada, interrogativa, competitiva e igualitária faltou-nos competência e equipamento interior.

Tudo isto era capaz de não trazer grandes problemas, se se tivesse conseguido que o cordão «sanitário» posto à volta das nossas fronteiras interiores e exteriores fosse completamente hermético. Mas não aconteceu assim. Não só cada vez mais «o mundo não tem distâncias» como o raio



SERVIÇO DE CENSURA  
CORTADO

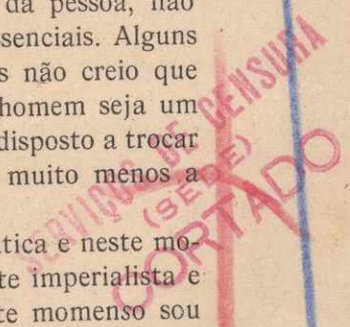
Provas enviadas à Censura em

6 de Novembro de 1968.

da rádio e da imprensa e dos meios de comunicação entram pelas frestas das portas que nos fecham e porque ainda estávamos por fatalidade histórica e geográfica ligados a um tipo de civilização com quem, irremediavelmente, tínhamos que comunicar. Assim, entrámos em Paris ou Nova York, às vezes de sorriso vitorioso, elas vestidas à moda do Minho, eles de faixa e barrete, à Ribatejo, o que era folclórico mas inoperante.

O tipo de sociedade onde eu gostaria de viver está longe da sociedade em que, vivo e daquela onde em qualquer parte se vive mas, depois do que tenho visto e experimentado, dou uma certa prioridade a meia dúzia de valores que subsistem apesar de tudo naquilo a que chamam a «democracia burguesa». Vejo que há problemas prementes que ela não soube resolver mas tenho verificado também que outras formas de governo não os resolveram ou os resolveram à custa de coisas muito importantes que eu não gostaria de pôr de parte. A satisfação das necessidades elementares das sociedades carecidas: a alimentação, a habitação, a educação, a saúde, a segurança, os meios que asseguram aquilo a que costumam chamar a justiça social e são condicionantes do desenvolvimento da pessoa, não podem ser conquistadas à custa das liberdades básicas essenciais. Alguns povos foram obrigados a tentar outras experiências mas não creio que o poder tirânico com as suas sequelas na mutilação do homem seja um preço justo dessas aquisições. É evidente que se não estou disposto a trocar a liberdade por uma tentativa de realização de justiça muito menos a sacrificaria pela efectiva manutenção de privilégios.

Se em teoria defendia a democracia burguesa, na prática e neste momento que vivemos, com o poder soviético marcadamente imperialista e opressor, vejo-me obrigado a ser mais do que isso: neste momento sou um burguês NTO. Na opção prática entre o imperialismo soviético e o imperialismo americano eu vejo-me obrigado a concluir por aquele que acolhe institucionalmente a sua própria denúncia. Não vejo a possibilidade das universidades russas protestarem contra a invasão da Húngria e a ocupação da Checoslováquia e sabemos já o destino dos 15 intelectuais e da sua generosidade romântica que na Praça Vermelha o fizeram, mas não posso separar da ideia da América as suas universidades e os seus intelectuais a denunciarem a invasão da Dominicana e a guerra do Vietnam. As grandes mensagens de libertação humana que devíamos receber normalmente do grande povo russo vêm-nos acidentalmente dos cárceres ou permanecem nas gavetas mas Herbert Marcuse, expulso pelo nazismo da sua pátria, expõe numa universidade americana, as grandes teses que põem em questão toda a civilização que o acolhe.





Provas enviadas à Censura em

6 de ..... de 1968

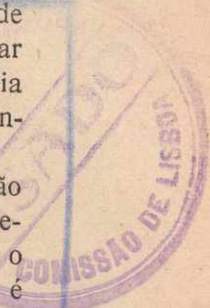
Tenho a ingenuidade de pensar que é da vida difícil, mas possível, de coisas e instituições deste tipo que uma sociedade oprimida se pode tornar sã, e que é no retorno a certas essências que estão por detrás da democracia burguesa que podemos encontrar a resolução dessa alienação política fundamental.

Mas não tenhamos ilusões. Nos estados de direcção única a resolução dessa alienação por via não revolucionária só pode ser realizada por elementos ou por iniciativa do próprio regime. Na verdade, a estrutura e o funcionamento desses estados é tal que só aos elementos do regime é possível uma acção política eficaz. Só eles podem reunir-se de forma frequente e organizada sem se tornarem suspeitos de actividades subversivas. Só aos partidários do regime é possível intervir publicamente sobre aspectos importantes da vida nacional, adquirir uma certa notoriedade perante a opinião pública, só eles podem criticar a tática oficial. Os outros, dificilmente podem formular uma acção política quer pela legal inexistência de quadros onde ela se processe, quer pelo corte dos meios de comunicação humana sociologicamente relevantes, quer, finalmente, por estarem completamente à mercê do poder que, com o monopólio da coacção, com facilidade lhes anula ou dificulta a acção na escassíssima margem de possibilidades que a lei, por acaso ou distração, lhes tenha deixado.

Verificou-se nesses países que foi sempre aos elementos da classe dirigente e às suas consciências, — evidentemente, daqueles que não a perderam — que foi tentada a obtenção da criação de instituições políticas sãs. A liberalização tentada e obtida na Hungria e na Tchecoslováquia é disso exemplo frizante e para o impedir foi necessário um invasor com o peso esmagador duma máquina de guerra colossal.

É evidente que aqueles que, apesar de tudo, foram capazes de manter e afirmar com coragem as suas convicções merecem todo o nosso respeito e não foi de modo nenhum inútil o seu testemunho pois o futuro precisa dos exemplos do presente e a história contemporânea têm-nos ensinado que muitos povos outra coisa não permitiram a alguns dos seus melhores filhos do que a cruel crónica da tristeza e o difícil culto da esperança e que essa foi, afinal, a grande contribuição do seu tempo para o enriquecimento da consciência nacional.

Não quero dizer que isto seja simples mas assim como os países socialistas têm reclamado um caminho próprio na realização do socialismo, atrevo-me a dizer que cada país terá que encontrar o seu caminho na realização da sua liberdade e a aí que, no nosso caso, as coisas não são simples nem fáceis.



SERVIÇO DE CENSURA  
CORTADO

Num país como o nosso, numa etapa histórica particularmente difícil, e com graves problemas próprios que reclamam pronta resolução, com necessidade de reformas estruturais profundas ao nível da economia, da educação, da saúde da cultura e da administração, o estado tem necessidade de ser interventor e tem que tomar a iniciativa das grandes tarefas colectivas. O equilíbrio precário entre «a preguiça democrática e a eficiência tirânica» é um desafio à nossa imaginação e à nossa audácia, à nossa paciência e à nossa humildade.

Creio que a base do estado moderno é o plano que tenha a perspectiva do desenvolvimento geral como projecto e como praxis. É ao governo que compete a sua elaboração com a colaboração da representação nacional que a isso esteja especialmente afecta e é ainda ao governo a quem compete a sua execução depois de aprovado. Assim, parece-me que a clássica distinção dos poderes entre executivo, legislativo e judicial foi ultrapassada. O estado moderno é executivo e legislativo, executa legislando mas, exactamente por isso, quanto maior for a sua capacidade de intervenção no campo do homem mais há que cuidar de instituições de vigilância que tornem improvável que o estado orte e interventor se transforme em estado tirânico.

Da reflexão sobre estas realidades parece-me que a nova divisão de poderes deve prever além do poder executivo-legislativo e do poder judicial, o poder de vigilância e o poder de informação.

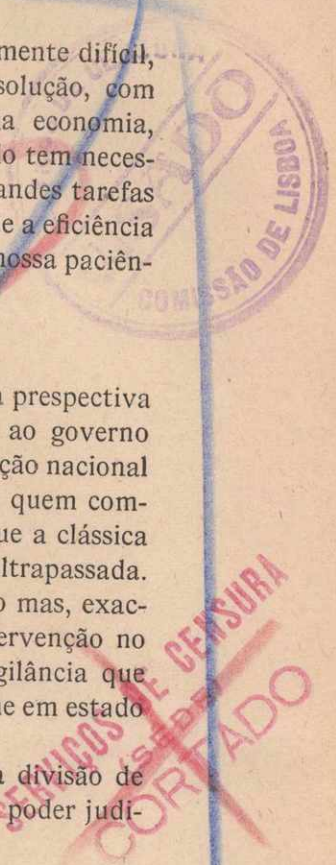
A incidência prática desta correcção poderia realizar-se a partir de instituições existentes desde que fosse reconhecida a necessidade de o fazer. Assim:

1.º — Quanto ao Poder Judicial:

a independência do Poder Judicial, — no seu sentido técnico, entenda-se, — poderia ser obtido desde que o executivo deixasse de ter qualquer interferência no acesso da magistratura e desde que terminassem os tribunais, que embora aparentemente comuns, constituem verdadeiros tribunais de excepção.

2.º — Quanto ao Poder de Vigilância:

a) Institucionalização da representação nacional. A crise do parlamentarismo não pode confundir-se com crise da representação nacional. Haveria que institucionalizar a orgânica da representação nacional de modo que a Nação possa eleger livremente os seus representantes, com funções de aprovação, apreciação e vigilância dos actos



Provas enviadas à Censura em  
...6. de ..... 11..... de 1968

do Executivo. Tornar-se-ia necessário uma profunda reforma nas leis eleitorais de modo a permitirem um livre e efectivo recenseamento e uma livre e efectiva escolha, o que pressupõe a possibilidade legal de agrupamentos políticos com essa função específica.

b) Institucionalização dos meios de expressão duma opinião pública eficaz. Reconhecimento da necessidade dum público que tenha livre opinião e duma livre opinião que tenha expressão pública, através da imprensa e dos outros órgãos de comunicação humana sociologicamente relevantes. Estruturação dessa realidade num esquema de liberdade devidamente responsabilizada.

c) A independência das universidades existentes e a promoção de universidades livres. Tendência para o sistema educacional anglo-americano de preferência à estrutura das universidades continentais.

d) O reconhecimento da necessidade duma classe intelectual independente, com funções de «procuradoria geral do homem» peratna e necessariamente avassaladora máquina estatal.

3.º — Quanto ao poder de Informação.

a) A imprensa e os outros meios de comunicação humana têm importância não só como elementos de formação e expressão da opinião pública mas constituem também a concretização da informação que deverá ser necessariamente livre. A informação controlada tem sido um dos mais poderosos meios de aviltamento do homem através do condicionamento dirigido das suas opções.

b) A estatística e outros meios de informação da situação da realidade social e da actividade da administração devem ser organizados com independência do executivo de cuja actuação devem fornecer elementos exactos.

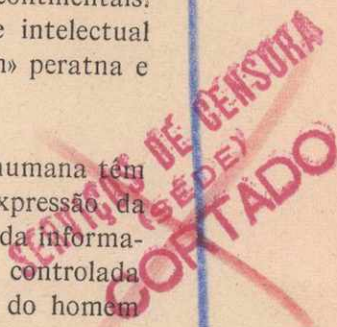
4.º — Parecem-me ainda serem elementos necessários a uma adequada «respiração social»:

a) A liberdade de associação e de expressão do mundo do trabalho. As actividades sindicais devem ser institucionalizadas de modo a que a classe trabalhadora eleja livremente os seus representantes e que estes possam exprimir-se livremente.

b) A liberdade de associação e de expressão das actividades económicas.

c) A descentralização administrativa.

Muito resumidamente, aponte uma série de vectores em direcção aos quais se poderia actuar progressivamente de modo a transformar uma sociedade monolítica e irresponsável numa sociedade pluralista, consciente e responsável.



Provas enviadas à Censura em

... 6. de ..... de 196.8

Só agora posso chegar àquilo que, desde o princípio se estava à espera. Que penso do actual momento político? Ou o que equivale a perguntar ainda o que penso do Prof. Marcelo Caetano.

Eu até penso bem.

Independente da simpatia pessoal que me merece o pequeno convívio entre professor e aluno e alguma atenção que tenho dado à sua vida pública levam-me a reconhecer-lhe um conjunto de qualidades que o tornariam especialmente capaz de ajudar a resolver alguns dos graves problemas com que se debate a vida portuguesa.

Primeiro — é uma inteligência honesta, quero dizer, o contrário duma inteligência astuciosa que é a corrupção da inteligência.

Segundo — é uma pessoa com grande confiança em si próprio, quero dizer não tem medo de enfrentar inteligências, nacionais ou estrangeiras.

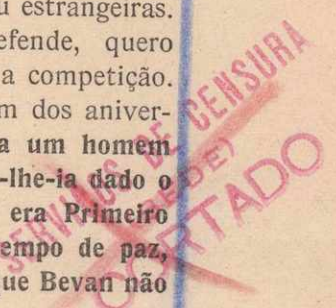
Terceiro — acredita profundamente naquilo que defende, quero dizer não receia que as coisas que defende sejam sujeitas a competição.

Também me parece oportuno contar o que Atlee, num dos aniversários da morte de Bevan, disse ao *Observer* «Bevan era um homem inteligente. Se tivéssemos ganho as eleições em 1952 eu ter-lhe-ia dado o Foreign Office. Mas o que Bevan nunca poderia ter sido era Primeiro Ministro. Um Primeiro Ministro necessita, mormente em tempo de paz, de ter uma extraordinária paciência com os patetas e isso é que Bevan não tinha.»

Marcelo Caetano também não, o que, nestes especial momento da vida portuguesa, pode ser uma especial qualificação.

Com tudo isto quero dizer que o Presidente do Conselho pode ser um adversário político respeitável e respeitado. Na sociedade que pretendo não me é necessário que eu seja governado por quem tenha as minhas ideias, — nem sei mesmo se ainda tenha pachorra para viver numa sociedade governada segundo as ideias que tenho! — mas gostaria que me fosse possível exprimi-las e tenho a veleidade de pensar que esta seria uma forma possível de colaboração.

Gostaria ainda de chamar a atenção para um fenómeno que nos pode ser extremamente prejudicial e que receio estar a acontecer. Ao mecanismo neurótico do «buc emissaire» paralizante para quem eram transferidas todas as responsabilidades e iniciativas, as verdadeiras e as falsas, sucede naturalmente o mecanismo de Godot. De repente, as pessoas sentem-se sem ter ninguém que lhe alivie a sua consciência pelo trabalho ou pela



Provas enviadas à Censura em

... de ..... de 1968.

culpabilidade e a primeira reacção é arranjar outra pessoa que nos resolva tudo. Daí a espera de Godot...

Acontece que Godot chegou e grande parte do entusiasmo nacional está aí. Mas que isto não inicie — no nosso interesse, no interesse do próprio Godot e, fundamentalmente, no interesse, — um novo mecanismo de transferência e responsabilidades que são nossas, que em consciência temos que assumir para nosso bem ou nosso mal.

Tentei apresentar estas reflexões com a sinceridade com que normalmente falo, sempre que me deixam falar. O que digo aqui não tem a pretensão de «quem quer pôr condições» pois tenho bem consciência que nada tenho que ver com as forças poderosas de que fize-am depender o futuro desta nação. Há coisas fundamentais na vida dos povos que, quando não podem ser enunciadas com a força da sua expressão trágica, resultam simplesmente ridículas e eu tenho uma sensibilidade agudíssima a essa situação. O que digo é, no fundo, a defesa duma sociedade pluralista, única onde, em consciência, vejo ser possível ter na realização do bem público imediato uma pequena intervenção.

Não sei se algumas das preocupações que enunciei são comuns ao chefe do governo é, sendo, qual a ordem de prioridades que lhes dá, conseqüentemente, se as qualidades que lhe reconheço vão também ser postas ao serviço do que considero essencial.

Pode não acontecer assim e eu lamentá-lo-ia profundamente. As circunstâncias históricas têm-nos proporcionado felizes oportunidades de acertarmos um pouco o nosso passo atrasado e até a possibilidade de pouparmos algumas etapas. Mas já me vou habituando a que isso mais uma vez não aconteça e sabem que já organizei até a minha terapêutica ocupacional.

E restar-me-ia ainda, se isso fosse capaz, testemunhar. Disse há pouco «que muitos povos outra coisa não permitiram a alguns dos seus melhores filhos do que a cruel crónica da tristeza e difícil culto da esperança e que essa foi, afinal, a grande contribuição do seu tempo para o enriquecimento da consciência nacional». Preferiria que isso não fosse necessário mas se eu tivesse algum mérito que me tornasse capaz de me fazer activamente solidário com esse pequeno grupo, creio que a minha vida não teria sido completamente inútil e que os meus filhos se não envergonhariam de mim.

ANTÓNIO ALÇADA BAPTISTA



INQUÉRITO

«O TEMPO E O MODO» N.º 62/63 263

Provas enviadas à Censura em

266

6 de ..... de 1968

ALFREDO BARROSO

1

Instilados nos organismos doentes de uma consciência meio-adormecida, as promessas em forma de discurso, a insinuação de novas opções políticas mesmo que não essenciais, ou o apelo a unidades mais amplas, tem sempre o efeito do acordar estremunhado de quem ainda não arrumou ideias ou, de pôr alerta quem há muito estava à espera duma oportunidade. É também altura para quem se considere avisado reflectir.

Um ponto de partida errado será, pois, referenciar sistematicamente a apreciação da actual conjuntura portuguesa aos aspectos mais visíveis (senão mesmo os únicos visíveis) através dos quais ela se tem reflectido — quer às remodelações governamentais, quer aos órgãos da formação. Certo que ainda é prematuro adiantar conclusões, e que esses, em geral, se n dúvida que não são os decisivos, e muito menos suficientes, se se pretender falar com aquele conhecimento de causa e aquele mínimo de coerência exigíveis.



SERVIÇOS DE CENSURA  
CORTADO



E no que se refere a discursos ainda se acrescentará: «Ai de nós! Mal se recolheram as bandeiras e calaram as fanfarras, os chefes encerram-se nos gabinetes, a máquina do Estado retoma o seu andamento pesado e austero e pouco a pouco o delírio da vitória, as dores do combate, a paixão das ideias, a veemência dos propósitos reformadores, tudo isso entra a ser triturado e fundido nos cadinhos do Direito para originar a inevitável rotina!» (1).

A apreciação da conjuntura está, pois, condicionada pela consideração de factores que a ela preexistiam, certamente inalterados e inalteráveis no contexto de um dado regime político que os criou, e não mudou. O balanço só poderá resultar, assim, da valoração cuidada e prudente dos hipotéticos elementos novos introduzidos no processo político, e da amplitude dos reflexos que poderão produzir no futuro.

2

Apanágio dos que acordaram estremunhados ou dos que espreitam oportunidades esperadas, tem sido uma muito apregoada «política de verdade». Verdade é afinal tanto a inteira, como a meia, como a que só se adivinha, com a diferença substancial de que a inteira alcançam-na todos, a meia só alguns, a que só se adivinha, por certo muito poucos. Para os que não querem esperar, não está concertada destinada a inteira.

Mas haverá por certo alterações quantitativas no contexto político português. Pelo menos as que imediatamente derivam da consciência que para permanecer há que alterar muita coisa, e um novo espírito de empresa que se insuflou na super-estrutura do poder. Daí deriva, pois, a possibilidade de ampliar a integração política de sectores que têm permanecido na tangente do regime, de operar simbioses (não se dirá imediatas) com as representações mais moderadas da contestação ao Poder, de estimular a negociação com sectores mais renitentes preocupados com a sobrevivência oficiosa e a refutação dos extremos.

Não se quer com isto que o processo seja rigorosamente o descrito e que a evolução se efectue em curtos espaços de tempo. Exprime-se tão só uma tendência acentuada, de que os «casamentos» do país vizinho são exemplo bem próximo. E considera-se o papel decisivo que «os que ficam de fora» podem e devem ter a mais ou menos longo prazo, quer à direita quer à esquerda, mas sobretudo deste lado.

(1) Marcello Caetano, *Páginas Inoportunas*, pág. 117.



Acima de tudo considere-se que quem agora está no poder não é adepto da expressão partidária das representações políticas, antes opta por uma muito lata (quanto vaga) expressão institucional de (algumas) correntes, e que o sufrágio directo não é, como princípio, um componente do seu programa político. Acrescente-se quanto a este programa, apenas enviado, a preferência bem expressa pelas expressões condicionais («liberdades que desejaríamos ver restauradas») e os limites bem demarcados da movimentação política prometida. A recente realização de uma Assembleia Geral da N. A. T. O. em Lisboa, foi aliás pretexto para reafirmações elucidativas: **«acreditamos que a civilização ocidental e um valor em si, que deve ser protegido... e guarda para o ocidente territórios e posições estratégicas vitais não pode seguramente ser indiferente à Aliança Atlântica...»**

Guardados que estão os bocados para quem os está a comer, de líquido temos por nós que a cena política portuguesa sofre alterações apreciáveis, e que o esclarecimento da opinião ainda está por fazer para quem pretenda «alternativas diferentes.»

A experiência histórica dos períodos eleitorais, e de quatro décadas de contestação difícil e perigosa, não terminou. No entanto, pela própria natureza dessas dificuldades e a inconstância de programas políticos mal definidos, foram-se originando vícios de rotina que hoje são para muitas razões justificativas de abdicação, isto é, aceitação de tréguas na expectativa de melhores dias.

Tomou foros de cidadânia a reivindicação parcial, imediata, fundada no jogo das alianças, na negociação de estados-maiores, codenável só na medida em que qualquer perspectiva programática de modificação global e qualitativa. A política de alteridades instalou-se, com o inevitável prejuízo da falta de uma verdadeira radicação de âmbito nacional. Ao regime coube sempre o grato papel, face ao panorama de uma oposição que lhe oferece os flancos, de pacientemente explorar os seus recursos. Um surto de industrialização rápido e desequilibrado permitivo sem dúvida dilatar, as possibilidades de participação no processo económico, enquanto que a emigração ou a mobilização militar puderam colmatar parcialmente os excessos do desemprego. Uma situação internacional dominada conflitos no sueste asiático e preocupações de segurança europeia, são garantia dum mais fácil e despreocupada manobra nos territrios de além-mar. Para não deixar de citar os exemplos mais significativos.

No plano interno poudes a pouco a pouco aperceber-se o aparecimento de uma nova elite de técnicos, animada do espírito de um néo-capitalismo dinâmico, que entende perfeitamente viável a partir dos quadros do regime





vigente. A não muito longo prazo, e a reforçar tal perspectiva, a deslocação definitiva de uma social-democracia forte (hoje fraca) para o seu papel histórico, altera desde já a posição de uma esquerda expressa e necessariamente afastada da repartição das dádivas (morais que sejam) do Príncipe.

Assim traçada está, em esquema, a clássica evolução que quer os nuais, quer a experiência alheia nos ensinasse. O que é particularmente verdade no contexto político da Europa Ocidental, já que é ela quem de perto nos toca. Mas sempre, nestes domínios, é bom não ignorar a velha máxima: «A política é a arte do possível». Ora, o possível conquista-se!

O olho expectante, por vezes lúbrico, com que já de há muito esperamos por D. Sedastião pode levar-nos, uma vez mais, às habituais manhãs de nevoeiro. Com o risco, aumentado agora, de utilizarmos os mesmos métodos para situações que antevemos alteradas.

Há sectores que permanecem charneira da mobilização ideológica e mental da vida política das sociedades. Disso foi, aliás o ano de 1968 fértil em exemplos, noutros países. No que toca Portugal, é bom acentuar que o referido advento das élites técnicas que progressivamente integram a estrutura do Estado, não foi indiferente a experiência sempre renovada e profundamente contestada que viveu a Universidade portuguesa nos últimos 10 anos.

Pela sua própria natureza e relação directa com o desenvolvimento social, tem representado a Universidade um papel decisivo como factor da contestação, que mais se alarga na razão directa das carências que exprime o corpo social em que se integra. A compreensão desta realidade é a própria razão da insistência com que os governantes lhe deciam uma atenção preferente.

Juventude é palavra que já não pode ausentar-se, sem grave prejuízo para quem cometa tal lapso, do centro de qualquer programa político. É a reserva disponível e sempre utilizável em múltiplos domínios, mas que pela sua própria natureza não é atreita a servir de sujeito passivo dessa relação de emprego.

E por isso mesmo tem a juventude uma palavra a dizer. Se o papel das alianças e negociações é agora irresistivelmente muito forte, a apresentação de alternativas diferentes defende cada vez mais da revisão histórica que uma experiência de 40 anos forme, da pressão de métodos que essa experiência já há muito aconselhava.

Se assim não for, «tudo isso entra a ser toiturado e fundido nos cadinhos do Direito para originar a inevitável potina»z



6-11-68

# Respirar de outra maneira

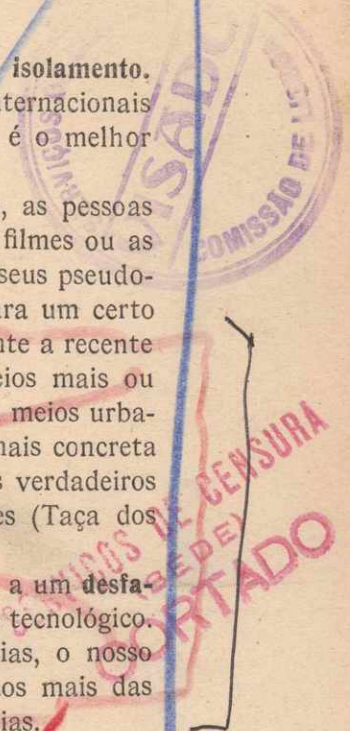
1. Para mim, o principal problema português é o do **isolamento**. Vivemos afastados da Europa, separados das correntes internacionais de pensamento e de acção, fechados num mundo que não é o melhor dos mundos.

Esse isolamento tem várias consequências. Por um lado, as pessoas — que não lêem os mesmos livros, que não vêm os mesmos filmes ou as mesmas peças de teatro, que não falam a mesma língua dos seus pseudo-semelhantes europeus — são conduzidas inevitavelmente para um certo tipo de **alheamento**. A apatia que, por exemplo, reinou durante a recente crise política — apatia que se justificaria nos pequenos meios mais ou menos analfabetos, mas é aparentemente incompreensível em meios urbanos mais desenvolvidos — constitui a prova mais actual e mais concreta de desinteresse da população, da sua indiferença perante os verdadeiros problemas e até da substituição destes por causas menores (Taça dos Campeões Europeus, etc.).

Por outro lado, o isolamento português conduziu o País, a um **desfazamento** não apenas sócio-cultural, mas também económico e tecnológico. Estamos na cauda da maior parte das estatísticas europeias, o nosso «desafio não é o americano, mas o europeu, aproximamo-nos mais das repúblicas sul-americanas do que das comunidades europeias».

2. Para acabar com esta situação de desamparada solidão, a primeira condição é que **as pessoas recomecem a pensar**. Para tal, é necessário que lhes seja reconhecido o **direito à informação**, ou seja que os chamados órgãos de informação — jornais, rádio, televisão — possam exercer as suas verdadeiras e fundamentais funções: informar, orientar, interpretar. É também necessário que, uma vez criteriosamente informadas, **as pessoas possam exprimir-se**, isto é, que seja promulgada uma legislação mais coerente em matéria de garantias e liberdades individuais. A seguir vem a regulamentação e o exercício de outras liberdades como a **liberdade de associação**.

Entendemos, porém, que à concessão de liberdades deve, sempre, corresponder a atribuição de responsabilidades. Não seria desejável, por exemplo, uma lei de Imprensa que não previsse sérias sanções para quem se servisse de um jornal para difamar terceiros. Liberdade é uma coisa,



libertinagem outra.

3. É evidente que nem só de liberdade vive o homem. A liberdade, entendida no sentido acima exposto, como um conjunto de direitos e de deveres, é apenas uma infraestrutura, uma condição fundamental para que as pessoas compreendam a situação portuguesa e, abandonando uma cómoda posição de *alheamento*, paritipem activamente na sua melhoria.

Há, igualmente, que resolver o problema do *desfazamento*. Na verdade, não basta que as pessoas, individualmente, subjectivamente, deixem de se sentir isoladas. É preciso também que, colectivamente, objectivamente, o País tome consciência de que se encontra desfazado e, aceitando o desafio europeu, se decida a vencê-lo. Para tal, devemos, antes de mais, reconhecer que vivemos em regime de *crise e competqncias*. Há poucas pessoas válidas e muitas delas não são aproveitadas. Por razões políticas ou pessoais, muita gente se afastou dos verdadeiros interesses nacionais, exilando-se, sendo exilada ou mantendo-se em Portugal numa atitude, em muitos casos justificada de desconfiança, de ressentimento, ou de resistência pacífica. É indispensável recuperar essas pessoas, para bem de todos.

Mas, mesmo que a *recuperagãã das pessoas* seja possível, muito haverá ainda a fazer para *recuperar o atraso*. Os problemas são múltiplos e implicam a realização de opções bastante graves. Desde o caso ultramarino ao da reforma agrária, desde a remodelação total do sino à ordenação da industrialização, desde a reforma administrativa ao planeamento económico, desde a política financeira às questões de saúde e assistência, *o panorama não é consolador* e as soluções não são fáceis.

4. No seu primeiro mês de actuação, o novo Governo, tem dado algumas provas de desejar andar depressa, de não perder mais tempo. Nesse sentido, se podem apontar a relativa liberalização da Imprensa, a promessa de que os dirigentes de trabalho deixarão de ter de submeter à homologação governamental o exercício de cargos para que foram eleitos, a indispensável reforma do ensino, uma certa tendência para a descentralização ao mais alto nível, a reentrada em funcionamento de certos oooórgãos, como o Conselho Superior de Defesa Nacional, etc.

O Governo só poderá, todavia, quebrar o isolamento e consequentemente recuperar os diferentes atrasos, se estiver devidido e puder tomar um certo número de riscos — riscos que não deverão por em causa a tranquilidade social. Existem, no entanto, pressões diversas sobre ele que poderão contrariar os seus planos. Por outro lado, dentro de um ano, realizar-se-ão eleições para deputados, e há indícios de que essas eleições decorrerão dentro de um espírito de «fair-play».



SENTADO (SE E) CENSURA  
CORTADO

O Governo, encontra-se assim, numa situação pouco fonrotável: de um lado, **pressões várias** que actuam como travão e, até aqui, têm dificultado as **mudanças de dirigentes e a própria apresentação de um programa** do outro, a **necessidade de rapidamente principiarmos a construir uma obra** — necessidade que resulta não apenas da **consciência do isolamento** em que o País se encontra, mas também da **proximidade das eleições**.

Segundo uma interpretação optimista, este conjunto de circunstâncias, constitui a receita ideal para que o País progrida no sentido desejável. Segundo uma interpretação pessimista, tudo se combina para que caminhemos para uma crise política bastante grave.

O problema imediato põe-se, portanto, nos seguintes termos: **quererá efectivamente o Governo, governar com risco?** E terá **possibilidade** de o fazer?

5. Em minha opinião, o papel das pessoas responsáveis é contribuir para que ao **querer** se junte o **poder**. Se todos participarmos na transformação do chamado **novo estilo** numa **nova acção**, os problemas nacionais encaminhar-se-ão para uma solução e o **imobilismo** terá de desaparecer, os menos aptos serão fatalmente substituídos pelos mais aptos, os cidadãos respirarão de outra maneira.

Poderemos então pensar numa **nova política**, num ambiente público desconhecido para mais de metade da população portuguesa. Nessa ocasião, as divergências surgirão — naturalmente, construtivamente, pois não é aconselhável nem exigível que toda a gente siga a mesma orientação.

Por agora, no entanto — e visto que o depoimento solicitado por «O TEMPO E O MODO» se refere ao **momento** político — entendo que a participação dos homens responsáveis acima referida (e participar não significa dizer que sim a tudo) é fundamental. Caso contrário, o perigo das pressões frenadoras (impulsionadas por homens (ir)responsáveis) poderá concretizar-se, o que nos proporcionaria uma realidade bastante amarga.

O recente golpe de Estado no Peru (cá está a irresistível tentação de recorrer às comparações sul-americanas...) é altamente sintomático do que nos poderá acontecer se, na actual conjuntura política, as divergências (de base e de actuação) que separam os portugueses de boa fé não servirem afinal para os unir.

Lisboa, 28 de Outubro de 1967

FRANCISCO C. P. BALSEMÃO

COMISSÃO DE CENSURA  
CORTADO  
SÉDE

37  
41

# O TERCEIRO M



Na quarta-feira 8 de Maio de 1968 desembarcava no Aeroporto de Orly vindo de San Diego (California) um velho de 70 anos que o académico François Poncet classificava ainda há pouco de «obscuro professor de filosofia americana de origem alemã». O nome: Herbert Marcuse. Mas à sua espera, com grande surpresa de muita gente e sobretudo do próprio, a televisão, a rádio e quase

SERVIÇOS DE CENSURA  
(SÉDE)  
CORTADO

«O TEMPO E O MODO» N.º 22-63  
Provas enviadas à Censura em 38  
23 de ..... 10 ..... de 1962

toda a imprensa do **Figaro** ao **Observateur**. Os flashes dispararam, os operadores apressaram-se e os jornalistas rodeavam-no perguntando uma voce: «Professor Marcuse, o que pensa das manifestações de estudantes em Paris? O Professor Marcuse não sabia que havia manifestações de estudantes em Paris. E seguiu para o seu hotel, onde jornalistas, operadores, locutores o continuaram a perseguir. Naquele momento, Marcuse, que passou anònimamente por Paris dezenas de vezes era vedeta e era a vedeta porque os estudantes gritavam por toda a parte o seu nome, associado aos de Marx e Mao, porque ele era o «mâitre-à penser» dos estudantes em revolução. Sinal dos tempos: oito dias antes o intelectual comunista George Mrdchais escrevia na **Humanite** que as suas teses eram de gargalhada.

Quem é o homem e quais são as teses que nos dão vontade de rir aos comunistas e vontade de outras coisas aos estudantes?

Herbert Marcuse nasceu em 1898 em Berlim. Quando a revolução de Liebknecht e de Rose Luxemburgo rebentou era membro do partido social-democrata que abandonou em 1919. Recusou-se a entrar no partido comunista e foi receber em Friburgo as lições dum certo Martin Heidegger que viria a ser o maior filósofo deste século e ocasionalmente piscou os dois olhos aos nazis: aí preparou uma tese sobre Hegel. Na Alemanha o vamos encontrar ligado a outros nomes famosos: primeiro Lukács e Àorch depois Wilhelm Reich e Theodor Adorno: juntos descobririam os «Manuscritos económicos-filosóficos» de 1844 e Freud, o conceito de reificação e a função inibitória da repressão dos instintos. Entretanto Lukács e Àorsch separar-se-iam dos chamados filósofos de Francfort cada vez mais interessados em reconciliar o autor do 18 do **Brumário** com o do **Totem e Tabu**. O destino desses heterodoxos não seria fácil: Reich, expulso ao mesmo tempo do Partido Comunista e da Associação Internacional de Psiquiatria, morreu internado num hospício de loucos, Marcuse e Adorno fogem da Alemanha em 1933 e emigram, o segundo para França, Marcuse para os E. U. A. Aí ensinará nas Universidades de Columbia e Harvard, a margem da sociedade norte-americana, e contestando-a na mais radical das críticas que lhe tem sido engraçadas. **Eros e Civilizção, O Marxismo Sovietico, O Homem unidimensional** são os títulos dalguns dos livros que publicou. A doença do indivíduo e a da sociedade vão fazer parte duma mesma análise sobre a desordem gealsobre a desordem geral. Não se pode curar uma sem tra um estudante alemão de nome Rud Dutchke iria fazer das teses de Marcuse a base do programa do S. D. S. Depois os estudantes italianos, depois os franceses. Mas demos a palavra a Marcuse, numa recente entrevista, em Paris:

P. — Aproximam-no, como sabe, de Marx e Mao. Quando se fala dos «três M» qual é a sua feacção?

R. — Não percebo. Estudei muito a obra de Marx. Mas Mao? É verdade que hoje todo o marxista que não seja comunista de estricte obediência é amoista. Sempre pensei que havia uma alternativa e não retive nos meus livros a velha ideologia marxista. As sociedades socialistas, tal como estão estabelecidas não parecem ser o que chamo «qualitativamente diferentes» das outras das sociedades capitalistas. Deixam subsistir uma forma de dominação em vez da outra, eis tudo.

O verdadeiro socialismo é diferente. Estou convencido de que é agora possível construir uma verdadeira sociedade socialista sem passar por uma fase do tipo estalinista. Uma sociedade socialista deve estar fundada numa verdadeira cooperação: a revolução cubana parece-me caminhar nesse sentido. Quanto ao «Che» era o símbolo disso tudo, afastadíssimo dos burocratas estalinistas, próximo do homem socialista.

P. — Tratar-se-á para si de explicar o mundo em que vivemos, ou procura transformá-lo?

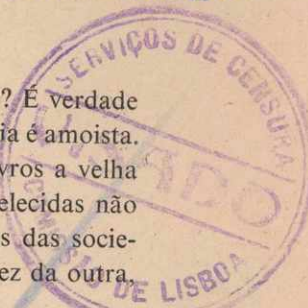
R. — É uma pergunta vastíssima. Qualquer verdadeira explicação deve conduzir à busca duma transformação e há uma relação interna evidente entre explicação e transformação.

Por meu lado, é verdade que há muito tempo que não faço actividade política militante. Escrevo, ensino, faço conferências falo aos estudantes. É a forma normal de acção para um intelectual nos Estados Unidos, pois que, nesse país, a situação não é de forma alguma revolucionária; nem sequer é pré-revolucionária. Por isso a tarefa dum intelectual é acima de tudo uma missão de educação radical. Na América, entra-se num novo «período das luzes».

P. — E em França?

R. — Na Europa já não é a mesma coisa, porque a política é ainda largamente determinada pela classe operária. Além disso, há grandes diferenças entre um país e outro: a Alemanha está muito perto do «modelo» americano, a Itália bastante perto, a França muito mais longe.

Conheço muito bem Rud Dutcheke e os seus amigos, os rapazes do S. D. S. Dutcheke é muito simpático, muito sensível, nem por sombras um demagogo. Tem trabalhado muito e lido muito: Para ele e para os seus camaradas o vínculo entre a teoria e acção está sólidamente estabelecido. Diz-se que eles o elaboraram em alguns meses. Não é exacto: prepararam-no em oito anos. Será que em França



os vossos estudantes também trabalham? Será que têm bases ideológicas sólidas? Não tenho essa impressão.

P. — Não tem às vezes o sentimento de ser ultrapassado por os que se reclamam das suas teses?

R. — Talvez. Se são violentos é porque estão desesperados. E o desespero pode ser o motor duma acção política eficaz. Veja o que acontece com os negros que habitam nos ghettos, nos Estados Unidos: incendiam os próprios bairros, queimam as próprias casas. Não é uma acção revolucionária, mas é um acto de desespero e um acto político.

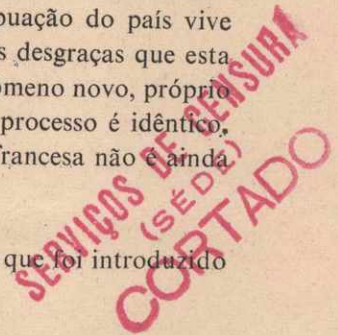
Aliás, nos Estados Unidos, o mal-estar não se limita aos estudantes. É geral. Os estudantes não se revoltam contra uma sociedade pobre e mal organizada, mas contra uma sociedade muito rica, muito bem organizada no seu luxo e nos seus estragos, enquanto vinte cinco por cento da população do país vive na pobreza e nos ghettos. A revolta não se dirige contra as desgraças que esta sociedade provoca, mas contra os seus benefícios. É um fenómeno novo, próprio da chamada «sociedade da abundância». Na Alemanha o processo é idêntico. Em França não creio que seja o caso, porque a sociedade francesa não é ainda uma sociedade afluente.

P. — Que pensa do chamado «poder estudantil» termo que foi introduzido por analogia com o de «poder negro»?

R. — É um slogan que me parece perigoso. Sempre e em toda a parte a grande maioria dos estudantes foi conservadora e até reaccionária. Logo, um «poder estudantil» se fosse democrático seria conservador, talvez reaccionário. O «poder estudantil» significa que a esquerda não se opõe de forma alguma à administração da Universidade, mas aos próprios estudantes. Ou, caso contrário, é necessário ultrapassar o processo democrático. Há aqui uma contradição fundamental.

P. — Qual é, na sua opinião, a razão essencial dessas violentas demonstrações dos estudantes, em tantos países?

R. — Para os estudantes americanos e alemães, que conheço melhor, é uma exigência não apenas intelectual mas «instintual». Querem uma forma de existência inteiramente diferente. Recusam uma vida que não é mais do que uma guerra pela existência, recusam-se a entrar no que os ingleses chamam «Establichment», porque pensam que deixou de haver necessidade de tal.





Sentem que a sua vida inteira vai ser ultrapassada pelas exigências da sociedade industrial e pelo mero interesse dos grandes negócios dos militares e dos políticos.

Veja os «hippies». A sua revolta é dirigida contra uma moral puritana, contra uma sociedade americana, em que as pessoas tomam banho dez vezes ao dia, mas que ao mesmo tempo mata e queima no Vietnam com toda a pureza. Por isso protestam metódicamente contra essa hipocrisia deixando os cabelos compridos, as barbas, não se lavando e recusando-se a ir à guerra. Para eles, a contradição é flagrante. Mas como no caso dos estudantes, trata-se duma minoria ínfima.

Os estudantes sabem que a sociedade absorve as oposições e apresenta o irracional como se fosse racional. Sentem, com maior ou menor clareza que o homem «unidimensional» perdeu a sua força de negação, a sua possibilidade de recusa. Por isso se recusam a deixarem-se integrar nessa sociedade.

a. — Professor Marcuse, que resposta daria aos estudantes que lhe viessem perguntar se as manifestações deles têm um sentido e podem ajudar a transformar a sociedade?

Início — FERREIRA

R. — Dir-lhe-ia primeiro que não se podem esperar mais do que grandes manifestações, como as que hoje se veem em quase toda a parte, até e em França, numa situação que nem sequer é pre ou contra-revolucionária.

Mas não sou derrotista, nunca o fui. Nos Estados Unidos, a crescente oposição contra a guerra do Vietnam já conseguiu procarvo, pelo menos em parte, a mudança da política americana.

É preciso não ter ilusões, mas também se não deve derrotista. É inútil esperar que, num debate deste género, as massas se venham juntar ao movimento e participem do *processus* sempre. Tudo começou por um punhado de intelectuais revoltados. Distingue-se um sinal deste género, creio-o nas actuais revoltas dos estudantes. São, contudo, revoltas totalmente espontâneas: nos Estados Unidos, não existe coordenação alguma, não existe qualquer organização agindo à escala nacional, nem sequer ao nível dum Estado, e está-se muito longe de qualquer organização internacional.

Este género de revolta não conduz com certeza à criação duma força revolucionária. Mas está em convergência com os movimentos do «terceiro mundo» com a actividade dos gheltos. É uma poderosa força de desintegração.

FIM DO ARTIGO TERCEIRO  
TERMO — FERREIRA

## FINNEGANS WAKE I,4

Que choques aqui de vontades cont recucessidades, ostragodos gasgando piscigodos! Brékkék kékkek Kékkek Kékkek! Kóax Kóax! Kóax! Ualu Ualu Ualu! Quaouauh! Onde os homens dos Badelários estão ainda prontos para dominimatar Malachus Micgranes e os Verdons catagulpando a camibalística rapázia alvenbuçada. Assabrirportas e bombranguestrondos. Dessanguêncienrabarlanda, temo-vos! Sanglórios, salve! Armas aribombam com larmes, alarmante. Mata-matamata, tumtom tumtom. Que possibilidade de atrancar, que cashtelos arejados e ventilados! Que prostituntadoras pecasinduzidas por que teocaprotabsolvidores! Que tom sincero para o cabefenelo deles com que palhaforte voz de falso jacop! Ó aqui como o paidosfornicacionistas caíu desampararolado no crepósculo mas (ó meu corpo e astros luminosos!) como se tinha templaberto no mais alto dos céus o celosinal de uma mensagem suave! Mas era é? Oseut? Stamos stávamos esgotoseguros? Carvalhos de autrora jazem agora na relva e no entanto onde estão frixinzas saltam olmos. Falo se queres cair, mas ressexcita: o nem a fraça chegará temporanunciamente a um humilhante fimnix secular.

Granmestre Finnegan, da mão balbuciante, pedreiro livre, vivia da maneira mais ampla imarginável na sua pequena luz demasiado longe para mensuagens antes que os juízes joshuanos nos tivessem dado números ou Helviticus tivesse cometido deuteronomia (um fermentosodiontem pregembateu raborosamente com a sus tete numa banheira para lavar o futuro dos seus facedestinos mas antes pelo poder de Moisés ele embatirou-a para fóra rápidamente, a própria água tinha-se eviperado e todos os guénnesses tinham encontrado o seu êxodus, o que vos devia mostrar que tipo pentashanpiadêutico que ele era!) e durante estranhos poderosos anos este homem de hcoche, cimento e edifícios em Toper's Thorp empilhou obre as margens excremendofício supra excremendifício para os fluvíncolas junto do quolquangcoiso. Ele atinha linda pequrina Annie, a sua filher: e habraçou a pequena whiskryatura. Conseu cabefenelo nas fronde-mãos tumaste a tua partenela. Muitasvezemquando balbeberroso, com a mithra em frente, com a sua fiel trolha na mão e marfinoleava o macaco o que ele habitacularmente fecundigostava, como Haroun Childeric Egge berth caligulava pr multiplicáveis a altitude e a mal-titude até que baloinçoviu, pelo luor do liquar, ondeogêmeo tinha nascido, a sua torre de outros tempos de cabeça redonda a levantar-se erecta na malvesonaria nua (alegia lhe seja dada!) uma baleiaparede digna de um escaparranhacéus eifelbela holthura intorreiramente, eriginando-se de quase nada a celescalando os hímals e tudo, hierarquitectitiptialtópico com uma sarça ardente um prumopendente da sua cúpula e com larrons o'toolers clitorisubindo e tombos a'beckets canterburolando.



COMISSÃO DE CENSURA  
 (SÉDE)  
 CORTADO

1. Os jornais noticiaram há poucos dias o pedido de demissão do Reitor, Vice-Reitor e mais cinco padres do seminário dos Olivais, pedido que o Sr. Cardeal Patriarca aceitou. Era posto em questão não só o estilo de formação dos futuros padres, mas a própria função destes na Igreja de hoje.

O testemunho dos cristãos tem vindo a ser contestado desde há alguns anos por todo o mundo, e muitos deles são os primeiros a reconhecer a insuficiência da sua fé perante os graves problemas do momento. A Igreja é acusada de burguesia, de inoperância, de conformismo, ela que devia proclamar uma esperança que renovasse todas as estruturas humanas.

É comum afirmar-se que os pobres se tornam mais pobres enquanto os ricos se tornam cada vez mais ricos. Os homens estão divididos pela sua educação, pelas suas capacidades, pelo seu nível de vida, pela sua raça. A procura dos bens económicos e da cultura opõe as pessoas, as classes, os grupos humanos. O consumo crescente de produtos industriais afasta os homens da realização da fraternidade, do amor, da comunhão com Deus.

Perante esta sociedade, ou melhor, face à civilização ocidental escravizada pelos seus ideais de bem-estar, levanta-se em todo o mundo uma onda de protesto. São os jovens, sobretudo, que se revoltam contra as crescentes injustiças sociais do nosso tempo. Mesmo que demasiado centrados sobre os seus problemas, eles descortinam o horror das guerras impostas pelo poder do dinheiro. Opõem-se-lhe por meios que se pre-



SERVIÇO DE CENSURA  
(SÉDE)  
CORTADO

171

tendem pacíficos mas que se tornam violentos. É próprio de uma civilização em que os pais perderam a confiança dos filhos, ou antes, onde os adultos não querem desistir do seu domínio autoritário.

2 — Esta análise é demasiado vaga para dar a compreender a situação do mundo moderno. Os leitores desta revista, porque já habituados a raciocinar sobre os acontecimentos do nosso tempo, compreendendo-os à luz de um processo de evolução dos homens, decerto não necessitam que lhes recordem. É preciso tê-los presentes, no entanto, bem como à realidade nacional, para compreender o significado do gesto dos padres do seminário dos Olivais. Ele inscreve-se num processo de transformação «urgente» das situações existenciais. Se bem que motivado pròximamente por um facto que poderia não ter acarretado tais consequências — o pedido por parte do Sr. Cardeal Patriarca de que dois cursos frequentassem a Universidade Católica e que o seminário se transformasse em Colégio Universitário, a escassos dias do início do ano lectivo — a demissão da quase totalidade da equipa de formadores dos Olivais, levanta-se como um protesto contra um determinado estilo de acção sacerdotal dos padres de hoje. Será equívoco querer interpretá-lo, apenas, como um sinal de falta de maturidade, ou o fruto do afastamento progressivo da ortodoxia, por parte daqueles que tomaram tal atitude. Todos os gestos



SERVICIOS DE CENSURA  
(SÉDE)  
CORTADO

172

são ambíguos. Mas, se «Deus escreve direito por linhas tortas», torna-se mais importante e útil procurar as interpelações que nos surgem dos acontecimentos do que condenar as pessoas e os seus gestos.

3 — Um facto: a inauguração da Universidade Católica. De uma forma pouco explícita, a entrada em funcionamento da Faculdade de Teologia em Lisboa, é o fulcro de grande parte dos últimos acontecimentos. O programa de estudo — apenas vagamente delineado — e o seu estilo demasiado clerical, votado, por isso, a uma existência efémera, comandam de certo modo uma reacção contra a sua abertura em Novembro próximo.

Não se pode pôr em dúvida a necessidade de uma reflexão teológica no nosso tempo e no meio português, sobretudo universitário. Mas os moldes em que essa reflexão deve ser feita têm que ser muito bem delineados. A teologia deve ser enquadrada em novas situações existenciais, baseada em novas concepções filosóficas e antropológicas, derivadas das mudanças estruturais da sociedade e das suas convulsões sociais.

Súbjacente à inauguração de uma faculdade de teologia está o ensino que ela vai ministrar, e mais fundo, se quisermos utilizar uma expressão muito em voga nos últimos anos, uma determinada «imagem de Deus». É esta que subentende uma certa concepção da Igreja, do cristão e do

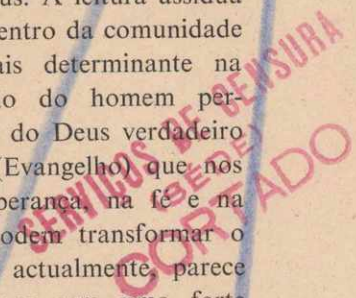


COMISSÃO DE CENSURA  
VISADO

173

padre, nas suas relações com o mundo. O progresso espiritual da humanidade, o crescimento dos homens para Deus, a realização do Reino dos Céus, já, entre nós, mas que só se consumará depois da morte, efectua-se através de sucessivas concretizações de uma imagem de um futuro que não está totalmente definido em cada um de nós, mas que nos obriga a um constante movimento das expressões das intuições que temos sobre Deus. A leitura assídua do Evangelho dentro da comunidade é o factor mais determinante na nossa concepção do homem perfeito, à imagem do Deus verdadeiro e vivo. É ele (Evangelho) que nos introduz na esperança, na fé e na caridade que podem transformar o mundo. E este, actualmente, parece estar a formar-se sem uma forte influência do Evangelho, ou antes, o Evangelho não está a ser explicitamente afirmado em muitos movimentos que dele se aproximam.

4 — É demasiado importante, para deixar despercebida, o que representa esta atitude em relação a uma concepção de autoridade na Igreja e na sociedade, que tem imperado até hoje. Os padres sentiram-se responsáveis perante si próprios e perante a diocese (na pessoa do seu Bispo) sobre uma formação que estava a afastar-se das reais necessidades dos jovens a ser formados e do povo cristão. Perceberam que o estilo de seminário como internato



em que não se vivia verdadeiramente como comunidade virada para o mundo, isto é, atenta aos seus problemas e necessidades, já não se podia aguentar. E tiveram a coragem de afirmá-lo perante o bispo e a diocese jogando aí toda a sua vida, toda a sua reputação. Não são por isso «heróis»: cumpriram aquilo a que a sua consciência os obrigava.

É sua intenção continuar «como padres ao serviço do Povo de Deus, no esforço de tornar o mesmo Povo de Deus o fecundo seminário dos novos padres e da Igreja de amanhã». Tentemos compreender: O Povo de Deus tem que se tornar fecundo na transformação da sociedade, na criação do Homem Novo, com a força e a coragem que o Espírito dá, para se opor à opressão dos pobres, à guerra, à fome, aos ódios de classes e de raças. A nossa habitação não será eternamente nesta terra que conhecemos e dominamos, onde sofremos e amamos. Entretanto o Evangelho tem que ser anunciado a todos os povos, a todas as gentes, aos pobres do mundo inteiro que procuram a paz e a felicidade. Estas não se podem encontrar na civilização ocidental fechada sobre o seu bem-estar, mas naqueles grupos que vivendo em fraternidade e comunhão, se apresentam como um sinal de esperança para o mundo de amanhã, em que Cristo será tudo em todos.

J. L. S.



SERVIÇOS DE CENSURA  
(SEDE)  
CORTADO

«O TEMPO E O MODO» N.º 62/63

Provas enviadas à Censura em

31 de ..... de 1962

perverter e desta forma as reformas propostas por Belaunde Terry em 1963 (reforma agrária, nacionalização dos jazigos da «International Petroleum Company», «estrada marginal da floresta») foram paralizadas, minimizadas ou aniquiladas conforme os casos. Para isso concorreram dois factores. Em primeiro lugar, a já conhecida tendência das burguesias latino-americanas para cortar cerce todas as tentativas de reformistas. A sua história é paralela à história dos sucessivos golpes de estado que se sucederam. Ler Gaitan, Gallegos, Arbeuz, Frondizion Goulart Ler Pinilla Gimenez, Castillo Srmaz, Organia ou Costa e Silva. Assim são dive sos exe citos frequentemente solicitados pelos mais desvai ados interesses e grupos de pressão burgueses para exercerem funções de polícia da estabilidade social. Para isso as forças armadas são super equipadas em homens e material e, ao mesmo tempo, cria-se um corpo de oficiais de carreira que esgota em edifícios «messes» gratificações, e vencimentos e orçamento do Estado. As forças armadas passam assim a ter um peso importantíssimo na política nacional, não só pelo que representam em termos de despesas improdutivas mas também pela convicção generalizada entre a classe militar de que a burguesia é incapaz de gerir automaticamente os seus próprios interesses e do que cabe aos militares serem guardiões da estabilidade da coesão nacionais. De braço armado



SERVIÇOS DE CENSURA  
(SÉDE)  
AUTORIZADO  
COM  
CORTES



«O TEMPO E O MODO» N.º 62/63

Provas enviadas à Censura em

31. de ..... 10..... de 1968.

das classes possidentes, os militares estão a tornar-se paulatinamente em supremos árbitros da política quotidiana deixando os políticos burgueses na situação de meros grupos de pressão do poder militar. Para incorrer na ira dos militares basta tão somente incorrer no seu desagrado.

Acontecimentos recentes, vieram, especialmente no Perú, tornar decisivo o peso na vida política do aparelho militar.

Em 1962, os militares desempenham um papel de primeira ordem, na liquidação do movimento camponês do vale de Convención. A prisão de Hugo Blanco e dos seus grupos de propaganda armada foi feita por aqueles que, exagerando o mérito da proesa, reforçaram o papel que já desempenhavam na vida política, do país. De tal forma que as eleições para a Presidência passaram a decorrer sob um autêntico veto militar. Belaumde Terry sobe ao poder com o beneplácito dos generais e por isso a sua posição fica «ad initio» bastante comprometida. Na oposição, contudo, verifica-se um fenómeno que irá ter trágicas consequências. A A. P. R. A., partido dirigido por Haya de la Torre, obtém grandes êxitos nas eleições para o parlamento, aliada aos partidários do dirigente da extrema-direita, General Manuel Odria. Esta oposição meramente destrutiva tornará o Presidente Terry ainda mais dependente do poder militar.

E, de repente, em 1965 Luisde

SERVIÇOS DE CENSURA  
(SÉDE)  
AUTORIZADO  
COM  
CORTES



Provas enviadas à Censura em

31. de ..... de 1962,

veio Stanleyville e com ele os para-  
quedistas belgas, o exílio enfim.

Exílio em terra africana de Brazza-  
ville, tão perto da pátria que era  
possível vê-la, senti-la e reconhecê-la  
distante numa revolução que era  
dos outros.

É aí que Bomboko, esse decrépito  
Talleyrand das terras africanas, o vai  
procurar, para de olhos vendados,  
o oferecer ao seu amo Mobutu.  
Lacaio de quantos governos ou inte-  
resses dominaram o Congo, Bom-  
boko perdeu para sempre e a sua  
dignidade humana assumindo a quali-  
dade de mercadoria de luxo. E é assim  
que de amo para amo, ele passa de  
crime para crime entrando também  
na história.

Hós Hóspede de Bomboko, Mu-  
lele, mau grado as garantias recebidas  
irá ser julgado por um «tribunal»  
de confiança e, de madrugada, pou-  
pada a suprema afronta da força,  
um pelotão de fusilamento consumará  
o assassinio.

Depois veio a noite e as ruas e os  
«cabarets» de Vinsbora continuaram  
cheios de gente que passeava, bebia,  
e continuava a vida.

O Congo, filho espúrio dessa  
África «que partiu mal», veio engros-  
sar as fileiras dos poucos negros que  
entraram para o clube dos 500 mi-  
lhões de homens que pprimem o  
bilião e 500 milhões de indígenas que  
até então era reservado aos brancos.

Só os jovens poderão quebrar o  
domínio dessa burguesia cruel e  
vendida numa luta contra um colo-  
nialismo mil vezes pior porque mil  
vezes mais dissimulado do que o pri-  
meiro.

Entretanto, em Kinshasa, o sangue  
ainda quente de Pierre Mulele clama  
por justiça para o povo congolês.

J. L. N.



SERVIÇOS DE CENSURA  
(SÉDE)  
AUTORIZADO  
COM  
CORTES





REVOLUÇÃO CULTURAL:  
QUESTOES DE MÉTODO

1. Nas revoluções, a depuração nas fileiras revolucionárias é uma consequência da tomada do poder. Pressupõe-se que cedências, alianças, conluíus, enfim, esgotam a sua função histórica na subida à governação e, para alguns críticos de circunstâncias mais timoratas ou para alguns políticos mais realistas, também num período mais ou menos curto de consolidação.

Reprime-se então a pureza revolucionária de alguns, recorda-se que as «massas» são mesmo... «massas» e integra-se tudo na certeza de uma vitória como consequência inelutável de um processo histórico redentor.

É esse o tempo das políticas justas e dos homens dúbios. Dúbios no apoio interesseiro e na louvaminha da governança, direitistas «à outrance», fornecendo frágeis suportes ideológicos àquilo que o «novo príncipe» na terminologia de Gramsci sabe perfeitamente conjuntural. A am-

SERVÍCIOS DE CENSURA  
(SÉDE)  
AUTORIZADO  
COR  
COR

Provas enviadas à Censura em

31 de ..... de 1968



biguidade não fica contudo por aqui. Alastra a uma oposição esquerdezante que, no próprio «ser» de oposição, abarca toda uma dubieza que é também tibieza na margem da traição.

E, no entretanto, o «novo príncipe» julgada chegada a hora, vai variando a composição das antecâmeras dos seus servos, passando sucessivamente da conspiração «direitista» a «esquerdezante», pois que o autêntico inimigo vigia e o desaparecimento da conspiração não é separável de um sistema universal. E, num outro entretanto, o -povo como autêntico corpo místico da pátria revolucionária segue com o «novo príncipe» no caminho da luz-que-brilha, deixando as trevas dos túneis para os combates mesquinhos dos «pescadores-de-águas-turvas» que ao contrário do proletariado, ainda não conseguiram estabelecer uma união com os congêneres de todos os países.

Sendo a revolução um «devir» específico e descontínuo poderá dizer-se que ela é inseparável da ideia de depuração que, convém recordar, continua a existir até que um acto total nos dê um homem total

2. O Presidente Lio-Chiao-Chi foi enfim demitido das suas funções. Tal como Rykov, Tomsky, Bukharine, Slansky, Rajk e, numa Caraíbas que desejaríamos nos suas, Aníbal Escalante. Outros mais desconhecidos ficaram na sombra ou na penumbra sem que a história deles se ocupe, sem que os jornais os in-

SERVÍÇOS DE CENSURA  
(SÉDE)  
AUTORIZADO  
COM  
CORTES

«O TEMPO E O MODO» N.º 62/43

Provas enviadas à Consura em

31 de ..... de 1968

cluem noutra rubrica que não seja a dos casos do dia.

Importa porém sublinhar, agora que a depuração se consumou, que os métodos têm variado ao longo da história. Desde os processos policiais de Estaline até aos julgamentos em tribunais do povo (...evidentemente) tudo tem sido usado para dar à depuração um carácter estrutural que oculte o que ela no fundo essencialmente é. Diríamos parafraseando Clawsewitz que a depuração é «a continuação da política por outros meios». E estes variam conforme a conjuntura exige uma nação no trabalho ou uma nação em armas. Policiais com Staline, massivos com Mao-Tsé-Tung, é o «novo príncipe» que em cada caso concreto expressa na forma e no fundo uma política essencial.

O resto é a poesia contingente das grandes canções e marchas, dos olhos brilhantes de imaginação, das concentrações e das multidões. Poesia dissemos, porque ela termina onde termina a vontade que é «sagesse» do «novo príncipe». Este, prescrutando o povo, serenamente alheio aos grupos e às pressões vai dirigindo de mãos fincadas no leme o barco revolucionário enquanto a canalha se vai sucedendo conforme vira a maré.

E contra a estrutura do pensamento do príncipe se quebrarão certamente os possessos do servilismo ou da revolução cultural.

J. L. N.

